

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA E LITERATURA
MESTRADO EM LINGUÍSTICA

RAILDA POLIANA DA SILVA VIANA

Escrita alfabética e representação no campo das línguas de sinais

MACEIÓ

2020

RAILDA POLIANA DA SILVA VIANA

Escrita alfabética e representação no campo das línguas de sinais

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas (PPGLL/UFAL), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Linguística, na linha de Teoria e Análise Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Núbia Rabelo Bakker Faria

MACEIÓ

2020

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

V614e Viana, Railda Poliana da Silva.
Escrita alfabética e representação no campo das línguas de sinais / Railda Poliana da Silva Viana. – 2022.
87 f. : il.

Orientadora: Núbia Rabelo Bakker Faria.
Dissertação (mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura. Maceió, 2022.

Bibliografia: f. 76-80.
Anexos: f. 81-87.

1. Escrita. 2. SignWriting (Língua brasileira de sinais). 3. Teoria do valor.
I. Título.

CDU: 81'221.24(81)

Dedico esta dissertação àqueles que, pelo exemplo, me ensinaram a combater o bom combate.

Agradecimentos

O processo de escrita desta dissertação ocorreu em meio a um momento de grande turbulência. Foram inúmeras as vezes em que a página do word continuou em branco por muitas horas, pois pensar sobre o tema deste trabalho se tornou uma tarefa árdua. Afinal, é difícil manter-se estável quando a nossa atual conjuntura sociopolítica torna incerto o que planejamos para o amanhã e questões fora da Academia se faziam – e ainda se fazem – tão urgentes. E nesses momentos sombrios, foi o apoio e o incentivo de pessoas que admiro que me fizeram reencontrar a luz – em especial, o apoio e o incentivo de minha orientadora, a Profa. Dra. Núbia Rabelo Bakker Faria, cujo profissionalismo e generosidade me servem como modelo de inspiração. Muitíssimo obrigada, professora. Agradeço, também, ao Prof. Jair Barbosa da Silva, pelas leituras atentas nos momentos de qualificação e conselhos dados desde o meu TCC; suas contribuições foram fundamentais durante meu percurso acadêmico. Também sou grata à Profa. Liliane Correia Toscano de Brito Dizeu, pela leitura cuidadosa e comentários sempre pertinentes. Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), pelos ensinamentos e pelo ambiente que possibilita a troca de ideias entre os discentes e os docentes. Deixo minha gratidão também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de mestrado que me permitiu pesquisar com certa tranquilidade durante esse período. Por fim, deixo meus agradecimentos à minha família e aos meus amigos, pelo amor, pelo apoio e, principalmente, pela paciência com minha agenda que nem sempre me permitia estar fisicamente presente nos momentos de congregação.

O resultado foi um desastre. Quinze dias depois do nosso primeiro encontro, o redator do Cruzeiro apresentou-me dois capítulos datilografados, tão cheios de besteiras que me zanguei:

— Vá para o inferno, Gondim. Você acanhalhou o troço. Está pernóstico, está safado, está idiota. Há lá ninguém que fale dessa forma!

Azevedo Gondim apagou o sorriso, engoliu em seco, apanhou os cacos da sua pequenina vaidade e replicou amuado que um artista não pode escrever como fala.

— Não pode? perguntei com assombro. E por quê?

Azevedo Gondim respondeu que não pode porque não pode.

— Foi assim que sempre se fez. A literatura é a literatura, seu Paulo. A gente discute, briga, trata de negócios naturalmente, mas arranjar palavras com tinta é outra coisa. Se eu fosse escrever como falo, ninguém me lia.

Graciliano Ramos

Resumo

A Lei 10.436/2002, que reconhece como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais, afirma que a “Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa” e o Decreto nº 5.626, que a regulamenta, esclarece que o português será para o surdo sua *segunda língua*. Sem acesso à fala e às suas unidades mínimas, nos questionamos: seria possível ao surdo aprender o português escrito, língua de escrita alfabética, como sua segunda língua e cumprir a exigência legal? Alguns dos trabalhos voltados para esse tema, considerando a escrita alfabética como representação da pauta sonora, argumentam que a alfabetização do surdo em português escrito teria mais êxito se houvesse uma escrita de línguas de sinais para intermediar esse processo. Com o propósito de discutir a questão maior que nos ocupa, isto é, a concepção de escrita alfabética e as possibilidades de acesso do surdo a ela, nos propomos a: a) analisar o conceito de escrita que circunda esses trabalhos e examinar os argumentos utilizados durante a defesa de uma escrita própria para as línguas de sinais, b) articular os conceitos e os argumentos encontrados com a reflexão proposta por Aurox (1992) acerca da escrita enquanto condição de possibilidade de reflexão metalinguística e do processo de gramatização das línguas vernáculas durante o Renascimento e c) apresentar a *teoria do valor* saussuriano como alternativa à noção de escrita como representação. Dentre os sistemas de escrita disponíveis para as línguas de sinais, escolheremos para a nossa reflexão o SignWriting, criado em 1974 por Valerie Sutton, justamente por se apresentar como um “sistema de escrita alfabético” capaz de registrar qualquer língua de sinais – tal qual o alfabeto latino com as línguas ocidentais, por exemplo. A metodologia adotada caracteriza-se pelo levantamento, seleção, discussão e análise de dados de natureza bibliográfica. Apoiamo-nos, sobretudo, na discussão historiográfica empreendida por Aurox (1992) e Desbordes (1995 e 1996), nas propostas que tratam da alfabetização do surdo discutidas por Stumpf, (2000, 2003, 2005, 2016 e 2018) e Dizeu (2017) e nas discussões sobre o funcionamento simbólico da língua/escrita por Saussure (2012 [1916]), Lapacherie (1995), Faria (2011), Bizio (2015) e Lier-DeVitto (2018).

Palavras-chave: Escrita. Representação. Signwriting, Teoria do valor.

Résumé

La loi 10.436/2002, qui reconnaît comme moyen légal de communication et expression la Langue Brésilienne de Signes, en affirmant que la « Libras ne peut pas remplacer la modalité écrite de la langue portugaise » et le décret de n° 5.626, qui la légitime, élucide que le portugais sera pour le sourd sa seconde langue sans accès à la parole et ses unités minimales, nous posons la suivante question: Il serait possible pour sourd d'apprendre le portugais écrit, la langue de l'écrite alphabétique, comme sa seconde langue et respecter l'exigence légale? Certaines recherches traitent de ce sujet-là en considérant l'écrite alphabétique comme représentation de la marque sonore, dont ces recherches argumentent que l'alphabétisation du sourd en portugais écrit aurait été plus efficace s'il y avait une écriture des langues de signes pour parvenir à ce processus. Avec le but de faire la discussion sur la question majeure qui nous intéresse, c'est-à-dire, la conception d'écriture alphabétique et les possibilités d'accès du sourd à cette écriture, nous proposons à : a) analyser le concept de l'écriture qui entoure ces travaux et aussi examiner les arguments utilisés pendant la défense d'une écriture propre de la langue de signes, b) articuler les concepts et les arguments trouvés avec la réflexion proposée par Auroux (1992) concernant l'écriture comme la condition de la possibilité de réflexion métalinguistique et du processus de la *grammatisation* des langues vernaculaires dans la période de la Renaissance et c) présentation de la théorie de la valeur saussurienne comme alternative à la notion de l'écriture comme représentation. Parmi les systèmes d'écriture disponibles pour les langues de signes, nous avons choisi pour notre réflexion le SignWriting, il a été créé en 1974 par Valerie Sutton, justement pour se présenter comme un « système d'écrite alphabétique » capable d'enregistrer quelque langue de signes- tel l'alphabet latin comme les langues occidentales, par exemple. La méthodologie adoptée se caractérise par la sondage, sélection, discussion et analyse des données de caractère bibliographique. Nous soutenons, surtout, dans la discussion historiographique abordée par Auroux (1992) et Desbordes (1995 et 1996), dans les propositions qui traitent de l'alphabétisation du sourd discutées par Stumpf, (2000, 2003, 2005, 2016 et 2018) et Dizeu (2017) et aussi dans les discussions sur le fonctionnement symbolique de langue/écriture par Saussure (2012 [1916]), Lapacherie (1995), Faria (2011), Bizio (2015) et Lier-DeVitto (2018).

Motss-clés: Écriture. Représentation. Signwriting. Théorie de la valeur.

Lista de figuras

- | | |
|------------------|--|
| Figura 1 | Configuração de mãos |
| Figura 2 | Orientação das palmas |
| Figura 3 | Velocidade dos movimentos |
| Figura 4 | Tipos de contato |
| Figura 5 | Movimento dos dedos |
| Figura 6 | Ponto de articulação |
| Figura 7 | Exemplos de sinais com ponto de articulação |
| Figura 8 | Expressões não manuais |
| Figura 9 | Escrita de D. – manuscrito |
| Figura 10 | Escrita de D. – transcrição |
| Figura 11 | Escrita de H. – manuscrito |
| Figura 12 | Escrita de H. – transcrição |
| Figura 13 | Escrita de R. – manuscrito |
| Figura 14 | Escrita de R. – parte 1 da transcrição |
| Figura 15 | Escrita de R. – parte 2 da transcrição |
| Figura 16 | Escrita de uma criança ouvinte - manuscrito |
| Figura 17 | Escrita de uma criança ouvinte – transcrição |

Lista de abreviaturas e siglas

AASI	Aparelho de Amplificação Sonora Individual
Curso	Curso de Linguística Geral
ELiS	Escrita das Línguas de Sinais
Libras	Língua Brasileira de Sinais
LS	Línguas de sinais
SEL	Sistema de Escrita da Libras
SW	SignWriting

Sumário

1. Introdução	11
2. Escrita alfabética e representação	17
2.1 A ideia de “evolução” dos sistemas de escrita: dos gregos à linguística pré-saussuriana	19
2.1.1 O caráter ideográfico da escrita alfabética	26
2.2 As teses de Aurox	29
2.2.1 A gramatização das línguas vernáculas: segunda tese	29
2.2.2 A escrita como <i>condição</i> de possibilidade de reflexão metalinguística: primeira tese	34
3. Por uma escrita para as línguas de sinais	37
3.1 O SW: uma escrita alfabética para a Libras	39
3.1.1 A função pedagógica do SW	43
4. O funcionamento simbólico da escrita e suas relações internas	52
4.1 A escrita do surdo: enfrentando o enigma	53
4.2 A teoria do valor saussuriana: uma alternativa à noção de representação	67
5. Considerações finais	73
Referências	76
Anexos	

Introdução

Acreditamos que as palavras contidas nos capítulos seguintes necessitam de uma contextualização, pois, enquanto ouvintes, nosso olhar sobre o tema pode ser entendido como tendencioso e como uma forma de invalidar as pesquisas desenvolvidas por sujeitos surdos. Nossa intenção, contudo, não é questionar a legitimidade de uma escrita própria para as línguas de sinais (doravante LS) – mais especificamente uma escrita para a Língua Brasileira de Sinais (doravante Libras) –, mas refletir sobre a natureza da escrita alfabética a partir desta. E é deste objetivo específico, fruto de pesquisas do Pibic (2013 a 2016) e do TCC (2017), que trataremos agora. Acreditamos que retomar esses trabalhos, nesta introdução, ajuda a traçar o percurso teórico feito por nós que culminou nesta dissertação.

Partindo do pressuposto de que há surdos alfabetizados em português e ouvintes que não o são e de que há pessoas capazes de ler em um idioma estrangeiro, sem necessariamente dominar a produção oral do mesmo, assumimos como hipótese primeira que o elemento gráfico da escrita alfabética revela uma materialidade que não está simplesmente submetida à oralidade. Esse suposto caráter ideográfico da escrita alfabética foi tema de nosso primeiro Pibic, intitulado *Sobre o ideograma na escrita alfabética*, cujo objetivo geral era apreciar a coexistência dos sistemas de escrita.

Nesse projeto pesquisa, a partir da discussão que Jean-Gérard Lapacherie (1995) faz a respeito da escrita francesa, mostramos que não há *superação* dos sistemas de escrita e que mesmo uma escrita dita alfabética “[...] recorre larga e globalmente aos ideogramas [...]” (p. 69). Buscamos também entender por que há a ideia de superação e para isso usamos como ponto de partida a discussão de Jacques Derrida (1973), apresentada em sua *Gramatologia*, a respeito do interesse científico pela escrita (que o autor chama de “escritura”¹) ter tomado sempre a forma de uma *história* e não de uma *teoria*.

O filósofo franco-argelino assinala ainda que, ao se discutir “a origem” e “o sentido” da escrita, há uma confusão entre o que é pertinente à escrita em si e à técnica que a permite (Cf. p. 10). A confusão entre escrita e técnica da qual fala o autor, a nosso ver, é uma das razões para o interesse pela escrita apresentar-se a partir de uma história

¹ Derrida (1973) chama de escritura a substância gráfica e tudo que a possibilita. O autor também chama de escritura “a face significante” e a “face significada” que não pertence, necessariamente, “à ordem da voz”, como a “cinematografia, coreografia, sem dúvida, mas também “escritura” pictural, musical, escultural etc” (p. 11)

– o que implica numa ordenação dos sistemas de escrita considerados mais primitivos em direção àquele considerado mais evoluído, caso do sistema alfabético ocidental.

Outra razão para a ordenação dos sistemas de escrita em ordem de “evolução”, segundo a discussão de Derrida, está relacionada à tradição ocidental da “metafísica da escritura fonética” (p. 3), que caracterizará os estudos dos gregos, representados por Platão e Aristóteles. Essa tradição, denominada de *logocentrismo*, toma a *phoné* como *primeiro significante* da verdade, do *logos*. Nas palavras de Aristóteles, *apud* Derrida (1973, p. 13): “os sons emitidos pela voz são os símbolos dos estados da alma e as palavras escritas os símbolos de todas das palavras emitidas pela voz”. Dessa forma, o sentido, cuja origem está no sujeito, encontraria na oralidade sua representação mais próxima e a escrita alfabética, pensada como representação da oralidade, seria a escrita mais prestigiada por ser a representação do primeiro significante. A primazia da razão – o *logocentrismo* – encontra no *fonocentrismo* sua manifestação primeira.

Apesar de citados nos pressupostos que nos fizeram levantar a hipótese do caráter ideográfico da escrita alfabética, o foco, nesse momento, não era a alfabetização do surdo. Contudo, as considerações acima elencadas nos fizeram questionar como as discussões sobre a escrita nas línguas orais se relacionariam com as discussões sobre uma escrita para LS. Nesse contexto, surge nosso segundo Pibic: *Signwriting: um sistema de escrita para as línguas de sinais*, também integrante do projeto maior *Forma e substância na linguagem: desafios para pensar a natureza da escrita alfabética a partir da escrita do surdo*.

Dentre os vários sistemas de escrita para LS, escolhemos o Signwriting (doravante SW) por três razões: a) é concebido como um sistema alfabético de escrita capaz de registrar qualquer língua de sinais (tal qual o alfabeto latino nas línguas ocidentais, por exemplo); b) é a escrita estudada nas disciplinas de Escrita de Sinais nos cursos de Letras Libras de várias Universidades Federais e privilegiada em instituições, como UFRR, UFSC, UFAM, UFMA, UFERSA, UFRN, UFAL e UFPI² e c) é o sistema de escrita adotado para o *Novo Deit-Libras - Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira*³, de Capovilla, Raphael e Maurício (2013), um

² UFERSA, UFSC, UFRN, UFAL e UFAM parecem privilegiar o SW de maneira mais explícita. A ementa das disciplinas de Escrita de Sinais, na UFPI, não especificam a escrita que será mais utilizada e a referência ao SW é encontrada na bibliografia.

³ Em entrevista concedida à Associação Brasileira das Editoras Universitárias (ABEU), Capovilla explica que o *Dicionário da Língua de Sinais Brasileira* (2017) é fruto de 25 anos de pesquisa e que “[...] envolveu centenas de colaboradores surdos e ouvintes nas mais variadas funções, como a de informantes e revisores surdos, pesquisadores de campo, ilustradores, cinegrafistas, programadores de computador, e

instrumento linguístico⁴ que nos permite uma aproximação com a tese de Aouroux (1992) a despeito do processo de gramatização das línguas vernáculas.

Buscamos, nessa ocasião, relacionar as discussões historiográficas do projeto anterior com as discussões sobre o SW presentes em trabalhos brasileiros. Além disso, nos propusemos a identificar as características desse sistema de escrita e a relação que estes trabalhos estabelecem entre a letra e o fonema, no caso do ouvinte, e entre o SW e as unidades mínimas da LS, no caso do surdo. Nossa análise nos levou a perceber que alguns dos trabalhos sobre SW tratam a escrita a partir da perspectiva *fonocêntrica* criticada por Derrida, ou seja, o português escrito é apresentado como *representação* da oralidade e a escrita alfabética como o modelo a ser seguido.

A perspectiva teórica que sustenta esses trabalhos confirma o predomínio da voz, que vimos na discussão de Derrida, ainda que o objetivo fosse reconhecer a legitimidade das línguas de sinais. Isto é, da mesma forma que a escrita alfabética de uma língua oral está fundamentada em uma noção de escrita como representação da oralidade, uma escrita para LS também é entendida como representação da Libras. Além disso, a terminologia usada nesses trabalhos, ao buscar uma aproximação com a escrita alfabética, reforça o que Derrida chama de *etnocentrismo* ocidental – visão segundo a qual o centro da evolução humana estaria depositado na cultura e sabedoria ocidentais –, na medida em que a escrita mais próxima do primeiro significante é colocada, ainda que indiretamente, em um local de prestígio e de modelo a ser seguido.

Como alternativa para a noção de representação, em nosso terceiro e último Pibic, intitulado *A escrita no CLG e nos ELG: a herança neogramática e a “novidade” saussuriana*, integrante do projeto de pesquisa *Sobre fonema, letra, fala e língua: possíveis leituras da escrita em Saussure*, tratamos da teoria do valor saussuriana e das possibilidades que ela abre ao reconhecer que não há essência nem na letra nem no fonema, refazendo a relação de representação.

No TCC, buscamos relacionar todas as pesquisas anteriores tendo em mente a questão da alfabetização do surdo em português escrito, exigência legal. Isso porque, no segundo Pibic, notamos que alguns dos trabalhos voltados para esse tema, considerando

assim por diante”. A fala também se aplica às demais obras do autor sobre esta temática, sendo a primeira o *Manual ilustrado de sinais e sistema de comunicação em rede para surdos*, publicado em 1998.

⁴ A obra supracitada interessa-nos, especialmente, por esta razão. É muito significativo que o SW seja a escrita escolhida para integrar uma história de mais de duas décadas (Cf. nota 3) e que é premiada por instituições nacionais e internacionais. Também chamamos atenção para o ano em que ocorreram essas premiações: 2002, ano de oficialização da Libras. Como conta Capovilla à ABEU, esse ano foi marcado pelo prêmio da Gallaudet University, pela menção honrosa na Câmara Brasileira do Livro e pelo 2º lugar no Jabuti daquele ano.

as muitas dificuldades encontradas no atendimento do preceito legal, argumentam que a alfabetização do surdo em português escrito teria mais êxito se houvesse uma escrita de LS para intermediar esse processo.

Nosso objetivo era compreender a lógica que sustenta esse argumento e discutir o conceito de escrita que subjaz a avaliação da referida dificuldade da alfabetização do surdo, assim como as propostas de solução apresentadas. Além disso, nos propusemos a articular os conceitos e os argumentos encontrados nesses trabalhos com a reflexão proposta por Auroux (1992) acerca da escrita enquanto condição de possibilidade de reflexão metalinguística e do processo de gramatização das línguas vernáculas durante o Renascimento.

O presente trabalho, portanto, é uma continuidade das pesquisas que realizamos ao longo dos últimos cinco anos. Mais uma vez, reforçamos que nosso objetivo não é advogar contra o SW ou qualquer outra escrita para LS, mas refletir sobre a escrita alfabética a partir das importantes questões levantadas pelos trabalhos no campo das línguas de sinais, que muito podem contribuir para o entendimento das línguas orais e suas escritas.

No primeiro capítulo, recuperamos as discussões historiográficas realizadas no primeiro Pibic. Porém, enquanto no primeiro trabalho utilizamos Derrida como ponto de partida, aqui privilegiamos a discussão de Auroux (1992), pois nas palavras do próprio autor: “[...] o que se encontra em Derrida quanto ao ‘logocentrismo’ das teorias linguísticas me parece muito superficial e não se sustenta em face dos métodos que propomos” (p. 8), o que se confirmou no caso de nossa discussão. Além disso, a discussão proposta por Auroux quanto à gramatização das línguas vernáculas durante o Renascimento, neste momento, nos parece mais produtiva para a análise que nos propomos a fazer sobre a recente oficialização da Libras e os esforços para “instrumentalizá-la” com dicionários e gramáticas.

O trabalho também irá se distinguir quanto à reflexão proposta por Lapacherie (1995). No primeiro momento, nos detivemos nas incidências de fatos ideográficos na escrita do português, agora iremos tentar ir além dos exemplos ideográficos na escrita alfabética, discutindo a escrita enquanto “[...] uma verdadeira *mudança de ordem*, e não somente uma ‘representação’” (p. 73).

No segundo capítulo, buscamos responder que lugar tem a escrita para as LS atualmente. Ao buscar o paralelo com o que se vê na história das línguas orais, levamos em consideração a existência das novas tecnologias e o contexto histórico diferente.

Nossa hipótese é que apesar de não funcionar efetivamente no cotidiano do surdo, uma escrita para LS, mais especificamente o SW, tem uma função pedagógica, sobre a qual nos propomos a refletir.

Para conduzir a discussão usaremos, sobretudo, os trabalhos de Marianne Rossi Stumpf, pesquisadora do SW e responsável pela tradução e adaptação do manual *Lições sobre o SignWriting*⁵, da Valerie Sutton, especialista em sistema de escrita de movimentos e criadora do SW. Considerando nosso interesse em fazer um paralelo entre o processo de *gramatização* da Libras e das línguas vernáculas durante o Renascimento, também usaremos trabalhos que discutiram o processo de aquisição do português escrito pelo surdo e o SW no início dos anos 2000. É desse período a tradução e adaptação que mencionamos acima e que circulou em sua forma de fotocópias, como assinala Antônio Carlos da Rocha Costa, coordenador do Projeto SignNet⁶.

Usaremos também a reflexão de Faria (2011) acerca do funcionamento simbólico da língua, o que Saussure chama de teoria do valor, e de Bizio (2015) no que diz respeito às propostas pedagógicas para os surdos e o lugar da escrita nessa discussão.

No terceiro capítulo, retornaremos à teoria do valor e a abordaremos como alternativa à noção de representação. Além do próprio *Curso de Linguística Geral* (doravante *Curso*), nos apoiaremos nas reflexões a partir de Saussure realizadas por Lier-Devitto (2018) e Dizeu (2017). Usaremos especialmente a tese de Dizeu, uma vez que a pesquisa desenvolvida por ela tratou da escrita do surdo em língua portuguesa.

Quanto ao uso do *Curso*, salientamos que estamos cientes da condição singular na qual ele foi editado e publicado, das discussões sobre a existência de um “verdadeiro Saussure” e da existência de fontes manuscritas – algumas delas disponíveis em português, como é o caso dos *Escritos de Linguística Geral*, obra organizada e editada por Simon Bouquet e Rudolf Engler.

A posição que reconhecemos aqui, contudo, não será detida pela questão da autenticidade do *Curso*, pois assumimos Saussure como texto e o *Curso* como marco

⁵ Tradução e adaptação do Inglês/ASL para Português Libras do livro “Lessons in SignWriting”, de Valerie Sutton, publicado originalmente pelo DAC (Deaf Action Committee for SignWriting).

⁶ Sob coordenação de Antônio Carlos da Rocha Costa, entre 2003 a 2007, o grupo “SignNet/PLN - Processamento de Línguas de Sinais” visava “elaborar uma abordagem ao Processamento de Línguas de Sinais aplicada à análise de frases e textos de línguas de sinais, escritos no sistema *SignWriting* e representados em arquivos com formato SWML (SignWriting Markup Language)” e tinha como objetivos “conceber modelos básicos de bancos de dados léxicos, analisadores morfológicos e sintáticos, tradutores de textos baseados em glosas e programas de síntese de sinais a partir de textos de línguas de sinais”, conforme informa a descrição do projeto presente no Currículo Lattes de Costa.

histórico (Cf. Normand, 2009). Texto por não se limitar ao seu autor, ser capaz de funcionar de maneira independente e de comportar em si, isto é, em seu conteúdo, a capacidade de suscitar reflexões. Ou, nas palavras da autora:

[...] [Saussure] é ainda *um texto de ideias*, de reflexão absolutamente original sobre a linguagem, a especificidade do objeto-língua, as armadilhas da evidência e da trivialidade nas ciências humanas, e, como tal, sua leitura torna-se estimulante, mesmo para os linguistas. (p. 18 – ênfase nossa).

E marco histórico por ser uma obra que desencadeou mudanças na área e também fora dela, uma vez que Saussure não será objeto de estudos apenas dos linguistas⁷.

⁷ Cruz (2016) afirma que o *Curso* circulou “[..] para além do estreito círculo de linguistas, penetrando o domínio da sociologia, da antropologia, da filosofia” (p. 39).

2. Escrita alfabética e representação

Os estudos linguísticos voltados para a comunidade surda são bastante recentes. As pesquisas sobre a educação e a comunicação das pessoas surdas, por meio dos estudos das neurociências realizados a partir da década de 60, começaram mais de meio século depois do banimento das LS, pós-Congresso de Milão⁸, em 1880⁹. A UNESCO reconheceu o status linguístico das línguas de sinais apenas em 1984 e, no Brasil, a oficialização da Libras e sua inclusão como disciplina curricular ocorreu ainda mais tarde, no dia 24 de abril de 2002, através da Lei no 10.436, regulamentada pelo Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.

Diz a Lei que “Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa” e o Decreto esclarece que o português escrito será para o surdo sua *segunda língua*.

Tratando-se de uma língua oral de escrita alfabética, a questão que se coloca a respeito das exigências legais quanto ao ensino do português escrito para o surdo é: sem acesso à fala e às suas unidades mínimas, os fonemas, seria possível ao surdo aprender o português escrito, língua de escrita alfabética, como sua segunda língua e cumprir a exigência legal? Alguns dos trabalhos voltados para esta questão argumentam que a exigência legal teria mais êxito se houvesse uma escrita de LS para intermediar esse processo, considerando que, dentre as inúmeras dificuldades encontradas pela comunidade surda, uma das mais eminentes é justamente a alfabetização em língua portuguesa. Desenvolveremos esse tópico no próximo capítulo.

Esses trabalhos tomam a escrita alfabética como *representação* da oralidade e como ápice da evolução dos sistemas de escrita. Stumpf (2005), em sua tese que discutiremos no capítulo 2 com mais detalhes, apresenta a escrita alfabética como uma *invenção* resultante da análise da cadeia sonora e usa expressões como a “*evolução da escrita*” (p. 34 – grifo nosso), “[a escrita] *evoluiu*, no sistema alfabético, *de milhares de ideogramas*, a centenas de sílabas para apenas cerca de quarenta relações grafema-fonema” (p. 34 – grifo nosso), a “*invenção do sistema de escrita alfabético*” (p. 35 – grifo nosso), “uma *representação ortográfica* de cada palavra” (p. 35 – grifo nosso),

⁸ O Congresso Internacional de Educadores de Surdos, cuja principal resolução foi a priorização do oralismo na educação dos surdos.

⁹ É interessante observar que em 1880, a linguística como área discutia a necessidade de afastamento da língua escrita, sobre a qual trabalhava a Gramática Comparada, em favor da oralidade, isto é, das línguas vivas, como propunham os Neogramáticos. Essa discussão era inovadora para a época.

“escrita como um *sistema de representação*” (p. 43 – grifo nosso) entre outras. Afirma a autora:

A escrita alfabética é um sistema funcional complexo que tem sua *origem na análise dos sons da linguagem*, da separação de certos sons do fluxo da linguagem e de sua transformação em fonemas constantes e generalizados. Esse primeiro passo que implica a função integrada do sistema áudio-articulatório cria a potencialidade para a escrita. O passo seguinte é a identificação desses sons, nos diversos contextos sonoros em que aparecem, e a análise de sua dependência das posições que ocupam nas diferentes palavras. Apenas quando correm (sic) essas condições torna-se possível *traduzir os fonemas em grafemas*, que podem ser representados mediante ações motoras e desenvolver o sistema de movimentos uniformemente conexos, característicos da escrita, quando convertida em uma atividade automática. (p. 35 – grifo nosso).

Esse tipo de interpretação é o que está por trás da proposta de uma escrita para as LS que analisamos neste trabalho, uma vez que entende-se que: 1) a escrita alfabética é representação da oralidade e por isso o surdo tem dificuldade em aprendê-la; 2) a escrita alfabética é o ápice da evolução dos sistemas de escrita e, portanto, um modelo a ser seguido. Ademais, da mesma forma que a escrita alfabética foi “originada” através da análise da oralidade, uma escrita alfabética em LS também pode ser “criada” através da análise de suas unidades gestuais fundamentais.

Por trás dessa proposta também está a distinção de níveis de saberes quanto à escrita, dado que há diferentes conceitos para alfabetização e letramento. A alfabetização é apresentada como a capacidade de decodificar sinais gráficos e como o “[...] primeiro passo no exercício da leitura e da escrita” (STUMPF, 2005, p. 36), enquanto o letramento é apresentado como a capacidade de entender os papéis sociais desta competência. Ou seja, a capacidade de ler e de escrever é possível através da alfabetização em português escrito, enquanto o letramento é possível através de uma escrita em LS; já que, segundo Stumpf (2005), a leitura só é compreensível quando há “[...] uma complementação entre o conhecido, que está na nossa cabeça, e o desconhecido, que está no papel” (p. 37). O que estaria na cabeça do surdo, evidentemente, seria sua língua de sinais – a Libras, no caso do surdo brasileiro.

A discussão, entretanto, não é tão simples. A partir do fato de que é possível encontrar surdos alfabetizados em português e ouvintes que não o são, podemos concluir que o acesso à oralidade não é garantia de sucesso de alfabetização. Parece haver na escrita algo que funciona para além da substância sonora. Nossa hipótese é que

a escrita não passa, necessariamente, pelo nível da fala e que possui elementos gráficos que lhe dão um aspecto de escrita ideográfica.

Esse suposto caráter ideográfico da escrita alfabética e a noção da escrita como representação da oralidade, a nosso ver, é uma questão linguística que merece atenção, ainda que os trabalhos iniciais sobre o SW, escrita para LS privilegiada neste trabalho, estejam relacionados à informática e à engenharia da computação – Stumpf, a pesquisadora de SW que veremos com mais atenção no capítulo 2, é doutora em Informática na Educação.

Antônio Carlos da Rocha Costa, na apresentação do manual *Lições sobre o SignWriting* (s/d), de Valerie Sutton, explica que o SignNet, responsável pela tradução e divulgação do manual mencionado, não é um projeto na área da linguística ou da pedagogia, mas sim um projeto de natureza tecnológica – Costa é doutor em Ciências da Computação. Nas palavras do pesquisador, o projeto tem como objetivo “[...] a adaptação das tecnologias da informática (especialmente a Internet) para o processo das línguas de sinais, na forma escrita que elas adquirem quando se utiliza o sistema SignWriting” (COSTA, s/d, p. 4).

Assim como Stumpf (2005), Costa (s/d) também apresenta a escrita como algo criado a partir da análise da oralidade e o SW, seguindo a escrita alfabética tomada como “modelo”, como uma escrita criada a partir dos gestos e cuja função é precisamente representá-los graficamente.

É a partir dessas considerações que pretendemos discutir a natureza da escrita alfabética, articulando o conceito de escrita e os argumentos utilizados em defesa de uma escrita para LS com: a) o lugar da escrita na história das línguas orais e b) a reflexão proposta por Auroux (1992), em *A revolução tecnológica da gramatização*, acerca da escrita enquanto condição de possibilidade de reflexão metalinguística e do processo de gramatização, durante o Renascimento, como uma revolução técnico-linguística.

2.1 A ideia de “evolução” dos sistemas de escrita: dos gregos à linguística pré-saussuriana

Ao discutir a linguística pré-saussuriana do século XIX, afirma Faraco (2005) que a reflexão histórica sobre a mudança das línguas encontra “[...] suas raízes em

preocupações filológicas das várias sociedades humanas” (p. 131). Os estudos filológicos, cujo objetivo seria o estabelecimento e fixação da forma original de textos escritos antigos, abriram caminho para uma reflexão sobre a variação ocorrida nas línguas e atestada nos textos escritos preservados, sobretudo os literários e religiosos.

Prossegue o autor afirmando que, ainda que não se possa estabelecer um vínculo direto entre esses estudos e os empreendidos pela linguística histórica do século XIX, “[...] há, certamente, um longo processo, entre todas essas investigações, de construção (uma certa forja) de uma forma específica de refletir sobre as línguas na dimensão de sua variabilidade no tempo” (FARACO, 2005, p. 131). Interessa-nos destacar esse vínculo entre as áreas, da filologia clássica e da linguística histórica, na medida em que entendemos que essa “forma específica de refletir sobre as línguas” a que se refere Faraco (2005) só é possível pelo fato de haver escrita. Retornaremos a essa questão na seção 2.2.2.

A linguística histórica, ao buscar estágios passados das línguas na intenção de estabelecer parentescos entre elas, precisava lançar mão de textos escritos. Referindo-se a Franz Bopp, autor basilar na fundação da linguística histórica do século XIX, Faraco (2005) cita como fontes exploradas pelo autor “[...] dados do sânscrito anterior a 1000 a.C., do grego dos séculos IX ou VIII a.C., do latim dos séculos V ou IV a.C., do germânico do século IV d.C., do eslavo do século IX d.C., do persa moderno” (p. 135)¹⁰. Todos esses dados, evidentemente, fixados em textos escritos.

Nesses momentos inaugurais da área, houve pouca clareza na separação entre oralidade e escrita. No final do século XIX, os neogramáticos discutiram a relação entre fala vs. escrita e levantaram a questão sobre o “caráter ilusório” desta última. Foram eles os primeiros “[...] a preconizar a ultrapassagem da letra (o grafema do alfabeto fonético) e a elegerem os sons como verdadeiros objetos de suas análises” (PAVEAU e SAFARTI, 2006, p. 31).

Concebida como representação, a escrita desvia a atenção da fala e das “línguas vivas” e, conseqüentemente, tira o foco do que os neogramáticos consideravam ser de maior importância: “[...] a fonética e a dialetologia” (ROBINS, 1979 [1967], p. 151). Para os neogramáticos, a escrita era “[...] incapaz de fornecer informações adequadas

¹⁰ "Não se tratando de uma língua falada naquele momento, a descoberta do sânscrito através da gramática de Pāṇini, criou condições para o comparativismo e saberes linguísticos do século XIX. Pois, como reconhece Saussure no primeiro capítulo da Introdução do CLG, o paradigma sânscrito é instrutivo e deu precisão à noção de radical (Cf. CLG, 2012 [1916]), p. 33). Saussure também afirma que apenas através do sânscrito e seu parentesco com certos idiomas europeus, Bopp "compreendeu que as relações entre língua e afins podiam tornar-se matéria duma ciência autônoma" (2012 [1916]), p. 32).

sobre a pronúncia real das línguas mortas”. Nesse sentido, assinala Faraco (2005) que o manifesto neogramático postula como objetivo do pesquisador “[...] apreender a natureza da mudança”, ao estudar as “línguas vivas” (140-141).

Saussure adota a mesma postura e diz no capítulo “Representação da língua pela escrita”, VI capítulo da Introdução do *Curso*, que “Língua e escrita são dois sistemas distintos de signo; a única razão de ser do segundo é *representar* o primeiro;” (2012 [1916], p. 58 – grifo nosso). Prossegue o autor acusando a escrita de ser enganadora, na medida em que “[...] a imagem gráfica acaba por impor-se à custa do som” (p. 59), o que confunde o linguista, que deveria ocupar-se da “palavra falada”, ignorando o “prestígio da escrita”. Afirma o autor, mais uma vez em consonância com os neogramáticos, que “[...] Bopp não faz diferença nítida entre a letra e o som; lendo-o, acreditar-se-ia que a língua fosse inseparável do seu alfabeto” (p.59), cilada na qual também caíram seus sucessores.

A rigor, a interpretação da escrita enquanto representação não se inicia no século XIX, mas muito antes, com os gregos, a quem se deve a criação do primeiro *alfabeto*, ao segmentarem as vogais na cadeia sonora: “[...] a adaptação da *escrita consonântica* fenícia para fazer dela um *alfabeto* do grego supõe uma análise fonológica e uma consciência da estrutura da língua grega extremamente finas” (AUROUX, 1992, p. 20).

Neste sentido, Françoise Desbordes, linguista francesa que dedicou sua vida ao estudo da história das ideias linguísticas da Antiguidade, no ensaio *A pretensa confusão entre o escrito e o oral nas teorias linguísticas da antiguidade*, afirma que “Bopp e muitos outros eram, nesse ponto, herdeiros dos antigos, gregos e latinos [...]” (DESBORDES, 1996, p. 23). Para os antigos, a escrita era *representação* da oralidade, sendo possível encontrar em seus trabalhos afirmações que se assemelham a fala de Bopp destacada por Saussure: “A voz humana é constituída de letras” (DESBORDES, 1996, p. 23).

Desbordes (1996) aponta ainda que apesar de vista como secundária e representativa, há, evidentemente, uma certa autonomia da escrita “[...] se não diante do oral, pelo menos diante do princípio alfabético” (p. 25) e que os latinos acreditavam que era possível que a escrita funcionasse “[...] sem passar por uma representação termo a termo do oral” (p. 24). Como evidência, a autora menciona o uso de abreviações – cuja natureza não remete a uma relação biunívoca entre oralidade e escrita – que circulavam em textos antigos, por exemplo: TERT para *tertium* ou *tertio*, conforme aconselhou Cícero a Pompeu (séc. I a.C.); M. para *Marcus*, *Marco*, *Marci* etc. (Cf. p. 24).

Reconhecer uma suposta autonomia da escrita e da oralidade, contudo, não significa que há uma reflexão teórica sobre a natureza da escrita, que continua sendo vista como “[...] um artefato secundário, uma representação da oralidade [...]” (p. 25), cuja única função é ser uma “[...] fonografia tão exata e transparente quanto possível” (p. 24).

Destacamos que, conforme assinalado em *Concepções sobre a escrita na Roma Antiga*, versão resumida e editada de sua tese de doutorado, Desbordes (1995) utiliza como fontes textos *latinos*; a herança grega é identificável na medida em que os latinos, especificamente no que diz respeito à escrita, adotaram a problemática e as categorias postas pelos gregos (cf. p. 11). Nas palavras da própria autora: “Em quase todos os lugares, por trás de um texto latino sobre a escrita, projeta-se uma doutrina grega” (p. 11).

A autora também ressalta que apesar do extenso *corpus* – ela utilizou textos produzidos durante o primeiro século a.C. até o final do segundo século d.C. –, o pensamento dos latinos¹¹ sobre a escrita não era evidente, pois o uso da escrita era trivial, era instrumento, e “não ocasionava nenhuma reflexão explícita” (DESBORDES, 1995, p. 10). Os antigos entendiam também que apesar de inseparável da linguagem, a escrita é posterior a ela e “[...] essencialmente destinada a representá-la” (DESBORDES, 1995, p. 70). A escrita, portanto, era utilizada “[...] na qualidade de equivalente da palavra [...]” (DESBORDES, 1995, p. 10)”

Voltamos a salientar que, de acordo com a autora, Bopp, a quem Saussure (2012 [1916]) atribuiu o mérito de ter sido o primeiro a compreender “[...] que as relações entre língua afins podiam tornar-se matéria duma ciência autônoma” (p. 32), é herdeiro desse tipo de reflexão. Em *Concepções sobre a escrita na Roma Antiga*, Desbordes (1995) também afirma que “[...] é possível que esta herança tenha ainda alguma influência sobre a ciência moderna” (p. 13). A herança da qual fala a autora é a gramática, entendida pelos gregos e, consequentemente, pelos latinos como *ciência das letras*¹² – os estudos sobre a língua eram, notadamente, nessa área, mas não se

¹¹ Os latinos aqui mencionados não são uma totalidade, visto que o ensino formal não estava disponível a todos as pessoas e existia um número considerável de indivíduos não letrados que nada deixaram escrito sobre o que pensavam a respeito da escrita. Nas palavras da autora: “É necessário, inicialmente, mencionar a existência de um número indeterminado, mas com certeza considerável, de iletrados: o que pensavam da escrita talvez fosse muito interessante, mas justamente pelo fato de nada terem escrito, seu pensamento pode ser hoje apenas um objeto de conjectura arriscada” (DESBORDES, 1995, p. 9).

¹² “Para resumir tão sucintamente quanto possível uma evolução na realidade bastante complicada, lembramos apenas que a *grammatike techne* (ou *episteme*), a “ciência das letras”, é inicialmente na Grécia, por exemplo entre os contemporâneos de Platão a aprendizagem da leitura e da escrita; o mestre-escola que dispensa esse ensino traz, entre outros nomes o de *grammatistes*; *grammatikos* é então um

restringiam à ela; outras disciplinas, como a métrica, a poética, a filosofia e a retórica, também refletiram sobre a escrita, embora o lugar dela fosse secundário e ainda estivesse, de alguma forma, relacionado à gramática.

Como vimos, entendida como secundária, a escrita não gera uma “reflexão explícita” sobre ela, isto é, não há uma *teoria* da escrita. A ausência de uma teoria sobre a escrita e de uma discussão linguística que não se restringisse à gramática, acreditamos, deve-se à noção de representação – como vimos a partir de Desbordes – e ao etnocentrismo¹³.

Referimo-nos a uma perspectiva etnocêntrica no sentido mencionado por Maurice Leroy (1971), em *As grandes correntes da linguística moderna*. Segundo o autor, os gregos, seguros “[...] de sua *superioridade* intelectual [...]” (p. 16 – grifo nosso), foram incapazes de perceber “[...] as semelhanças evidentes que certos idiomas vizinhos apresentavam com o grego [...]” (p. 17). Para eles, as línguas dos “bárbaros”¹⁴ só deveriam ser estudadas por razões práticas – a comunicação, por exemplo – e não como objeto de reflexões, diferentemente da própria língua. Os latinos também foram incapazes de perceber os benefícios de estudar as línguas dos povos vizinhos, detendo-se à comparação entre o grego e o latim e buscando “[...] adaptar servilmente o estudo de sua língua às ‘regras’ formuladas pelos teóricos gregos, cujas ideias nada mais faziam senão retomar e propagar” (p. 19).

Enquanto herdeiros dessa reflexão, usando inclusive uma escrita baseada no alfabeto grego e propagada pelos romanos, é inevitável que o etnocentrismo e a noção de escrita enquanto representação da oralidade nos acompanhe, sob a forma de uma metafísica, como fala Derrida, que se impõe a nós. O filósofo franco-argelino, na epígrafe da *Gramatologia*, destaca três citações, dentre as quais reproduziremos as de Rousseau e a de Hegel, que deixam explícito o etnocentrismo e o fonocentrismo mencionados por ele ao criticar a tradição ocidental.

Esses três modos de escrever correspondem com bastante exatidão aos três diversos estados pelos quais se podem considerar os homens reunidos em nação. A pintura dos objetos convém aos povos

adjetivo que pode qualificar aquele que sabe as letras, que sabe ler e escrever” (DESBORDES, 1995, p. 32).

¹³ Segundo Everaldo P. Guimarães Rocha (2007), antropólogo brasileiro, “Etnocentrismo é uma visão do mundo onde o nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo e todos os outros são pensados e sentidos através dos nossos valores, nossos modelos, nossas definições do que é a existência” (p. 7).

¹⁴ O termo utilizado para se referir às línguas estrangeiras, sem distinção, era uma “[...] palavra imitativa que designava, originalmente, o pipiar dos pássaros [...]” (p. 16). As línguas assim chamadas eram tão ininteligíveis “[...] quanto o gorgoejo dos alados [...]” (p. 16).

selvagens; os signos das palavras e das orações, aos povos bárbaros; e o alfabeto aos povos policiados. (ROUSSEAU *apud* DERRIDA, 1973, p. 3).

A escritura alfabética é em si e para si a mais inteligente. (HEGEL *apud* DERRIDA, 1973, p. 3).

A análise da obra *História Concisa da Escrita*, de Charles Higounet (2003 [1995]), historiador medievalista francês, exemplifica essa discussão. O autor inicia seu livro citando James Germain Février, a quem ele chama de “um de nossos mais eruditos mestres”, e sua definição de escrita: “um *procedimento* do qual atualmente nos servimos para imobilizar, para *fixar a linguagem* articulada, por essência fugidia” (FÉVRIER, 1959, s/p *apud* HIGOUNET, 2003 [1955], p. 9 – grifo nosso). Dessa citação, destacamos dois pontos sobre a escrita: 1) é entendida como uma ferramenta e 2) é um meio de fixar a língua. Os dois pontos, conforme a discussão de Desbordes (1995 e 1996), herdados das reflexões dos antigos.

O primeiro ponto parece-nos com o que discutimos acerca das concepções de escrita dos gregos e dos latinos, que defendiam que a escrita tinha como função representar a oralidade. A ideia de representação era tão forte que, segundo Desbordes (1995), escrita e oralidade eram entendidas como “a mesma coisa” e, para alguns autores da Antiguidade, “[...] a mais alta eloquência é o fruto de uma indispensável prática da escrita” (DESBORDES, 1995, p. 81). Cícero (séc. I a.C.) era um desses autores e afirmou, em *Sobre o orador*, que a prática da escrita “[...] é a melhor preparação para a eloquência” (DESBORDES, 1995, p. 81). Quanto à escrita como meio de fixar a língua, noção presente na citação de Février exposta acima, o mesmo pode ser visto nos textos dos antigos, para quem “[...] a escrita é uma memória” (p. 73) que por ser fixa “[...] escapa ao tempo [...]” (p. 85).

Retornando à Higounet (2003 [1995]), destacamos que uma vez entendida como instrumento, como técnica, a escrita é abordada através de uma perspectiva histórica e não de uma perspectiva propriamente teórica. O autor organiza as escritas dos povos de acordo com uma noção evolutiva: começam em um estágio figurativo, passam para uma escrita ideográfica e, finalmente, chegam ao alfabeto fonético, supostamente o mais “evoluído” dos sistemas de escrita, reproduzindo assim o que comparece em Rousseau e Hegel (*apud* DERRIDA, 1973), como vimos mais acima.

Sobre a escrita egípcia, por exemplo, o autor afirma que ela poderia “[...] ter passado ao sistema alfabético, mas, *contida* pela fórmula ideográfica, não soube conceber claramente esse *progresso*” (2003, p. 40 – grifo nosso). Para Higounet (2003

[1955]), a presença de rébus¹⁵ e de fonogramas, dependentes da oralidade, mostravam que era possível para a escrita egípcia, em última instância, “evoluir” para a escrita alfabética.

Higounet (2003 [1995]) diz também que todas as grandes línguas, com exceção do chinês, conseguiram “evoluir” para o silabismo. Essa noção de evolução, marcada por meio de expressões como “estágio embrionário”, “estágio mais elementar”, “desenvolvimento da escrita”, “alcançou sua perfeição”, “tentativas rudimentares”, “progresso” etc., usados por Higounet, nos remete ao que fala Desbordes (1995 e 1996) a respeito da ausência de uma reflexão sobre a escrita ou, quem sabe, uma naturalização de sua história e de seu funcionamento simbólico.

E assim como os latinos, o historiador francês toma a escrita necessariamente como posterior a linguagem oral e, conseqüentemente, um *instrumento*:

Um progresso incalculável se deu quando se atingiu a decomposição da frase em seus elementos, as palavras. Doravante cada sinal passou a servir para notar uma palavra. A passagem da escrita sintética para essa nova notação deve ter sido bastante complicada, pois é bastante difícil isolar a palavra falada da frase; mas foi exatamente nesse estágio que a escrita nasceu. (HIGOUNET, 2003 [1955], p.14 – grifos nossos).

Esta “invenção”, naturalmente, é apresentada a partir de uma interpretação etnocêntrica que toma a escrita ocidental alfabética como a mais evoluída.

Nesta *História concisa da escrita*, distinguiremos apenas os dois grandes sistemas não alfabéticos e alfabéticos, reservando lugar de destaque, entre os sistemas alfabéticos, à *escrita latina*, que se tornou o *instrumento definitivo do pensamento ocidental e o meio de expressão por excelência do mundo moderno*. (p. 15 – com exceção do título do livro, ênfase nossa).

Retornando à nossa questão de pesquisa e ao conceito de escrita presente nos trabalhos analisados, chamamos atenção para a semelhança entre o que ocorreu na história das línguas orais e o que ocorre na história das LS. Nos dois casos, a escrita é concebida como resultado de uma reflexão linguística e como representação de uma língua, seja ela oral ou visual-gestual.

A nosso ver, tentar aproximar os estudos sobre línguas de sinais da escrita alfabética, utilizando termos como “fonético-fonológico”, “visualmente fonético” e “escrita alfabética”, e fazendo um paralelo entre a “criação” da escrita alfabética e a

¹⁵ De acordo com Ávila (2008), rébus é um tipo de pictograma fonograma que “[...] representa os sons da língua, sobretudo sílabas, por meio de figuras cujos nomes tenham esses sons e cuja combinação possa representar uma palavra” (p. 36). Por exemplo: o desenho de sol e de dado, lado a lado, formam “soldado”.

escrita de LS, é assegurar o lugar de prestígio da escrita alfabética e seu lugar como “instrumento definitivo”. É repetir a reflexão que recebemos como herança dos antigos na qual o predomínio da voz se impõe.

2.1.1 O caráter ideográfico da escrita alfabética

A respeito da ideia de evolução na passagem da escrita ideográfica para a escrita alfabética, Lapacherie (1995) diz:

[...] Ora, *ideograma e alfabeto são concebidos como antinômicos*. Conforme os gramatólogos, eles se excluem mutuamente. Um depende das escritas logo-silábicas, em geral arcaicas, e que sobrevivem só na Ásia, em países de civilização antiga, que, “subdesenvolvidos” até uma época recente, dominam mal as técnicas do Ocidente. O outro depende de uma escrita em que as letras transcrevem fonemas (as unidades não-significativas da língua); *este é considerado de modo geral como o termo da evolução das escritas: o estágio adiantado, ao mesmo tempo perfeito e ideal, que deveria constituir modelo para as outras escritas*. (p. 68 – grifo nosso).

Chamamos atenção para o lugar comum atribuído à escrita alfabética. Higounet a chama de “instrumento definitivo do pensamento ocidental e o meio de expressão por excelência do mundo moderno”, enquanto Lapacherie (1995) destaca que a escrita alfabética é entendida como o estágio mais avançado dos sistemas de escrita e, conseqüentemente, modelo primeiro. Esse lugar não é casual, assim como não o é a abordagem da escrita nos trabalhos no campo das línguas de sinais.

Mas enquanto os gramatólogos acreditam que os sistemas de escrita são opostos, Lapacherie (1995) afirma que a escrita alfabética “[...] recorre larga e globalmente aos ideogramas [...]” (p. 69). A negação dessa verdade, segundo o autor, ocorre “[...] porque aprendemos a ver somente ela [a escrita alfabética] e não sabemos ver os ideogramas que utilizamos em toda parte diariamente”, sendo o alfabeto “[...] apenas a parte emersa do *iceberg* da escrita [...]” (1995, p. 69). Não percebendo que convivemos, por exemplo, com abreviações, siglas, placas de trânsito, logotipos, “símbolos” de mapas geográficos ou meteorológicos, homófonos não-homógrafos etc., que possuem valor ideográfico. E de maneira alguma o uso da escrita ideográfica significa um retrocesso.

Cabe um parêntese quanto às abreviações, uma vez que Lapacherie (1995), Higounet (2003 [1955]) e Desbordes (1995) a mencionam. Para Lapacherie (1995), a abreviação é um exemplo de ideograma-letra (classe de ideogramas na qual as siglas também estão inseridas); para Desbordes (1995) é um exemplo de que a escrita pode

funcionar sem passar necessariamente pela representação do som; para Higounet (2003 [1955]) é um retrocesso.

Ao falar sobre a estenografia, durante o Renascimento, Higounet (2003 [1955]) afirma que esta “nasceu” do “[...] desejo de possuir uma escrita tão rápida quanto a fala [...]” (p. 171). Prossegue o autor reconhecendo a importância delas para a escrita medieval, mas, quando fala das abreviações contemporâneas, afirma que seu uso “[...] não corresponde mais a regras gerais” (2003, p. 170). Para ele, as abreviações utilizadas pelos antigos tinham como finalidade “ganhar tempo” e “economizar o pergaminho” (2003 [1955], p. 145), enquanto as abreviações contemporâneas são utilizadas devido aos “hábitos de preguiça mental” (2003 [1955], p. 170). E o uso das siglas não lhe despertou sentimento diferente, afirma o autor que “[o] abuso de siglas [...] provém, parece, dos costumes orais, práticos ou preguiçosos, e não de razões próprias à escrita” (2003 [1955], p. 170). À ideia de evolução, associa-se, invariavelmente, um julgamento de valor.

Voltando à Lapacherie (1995), suas colocações vão além da coexistência dos sistemas de escrita. Para o autor, a escrita é formada não apenas por signos linguísticos, isto é, a escrita não é apenas o alfabeto, uma vez que seu funcionamento depende também de signos não-alfabéticos, como: divisão em capítulos, subcapítulos e parágrafos, pontuação, maiúscula ou minúscula, espaços em branco, orientação (da esquerda para a direita) etc. Todos esses elementos não-alfabéticos presentes na escrita acabam por deslocar a oralidade da unidimensionalidade para a bidimensionalidade, por isso a escrita, para o autor, “[...] opera uma verdadeira *mudança de ordem*, e não somente uma ‘representação’” (1995, p. 73).

O autor também é incisivo ao afirmar que “[...] nossa escrita não é alfabética, no seu princípio real e verdadeiro. Tomar por objeto o alfabeto (ou as leis alfabéticas) é acreditar em fantasmas” (LAPACHERIE, 1995, p. 78).

Embora não seja a discussão a ser privilegiada neste trabalho, vale a pena observar que não há uma escrita pura. Assim como a escrita alfabética possui elementos da escrita ideográfica, a escrita ideográfica possui elementos da escrita fonética. Isto é, a escrita ideográfica não é homogênea, assim como não o é a escrita alfabética.

Ao analisar a escrita chinesa a partir da discussão de Yu-Kuang Chu, Noronha e Faria (2012), em sua pesquisa de Pibic acerca da substância gráfica do português escrito, afirmam que a escrita ideográfica é “[...] tão arbitrária quanto a alfabética [...]” (p. 11), ainda que os caracteres chineses possuam “[...] alguma origem pictográfica [...]”

(p. 11). A arbitrariedade da escrita chinesa estaria baseada no princípio de que os caracteres precisam perder sua origem pictográfica e “[...] sair do lugar de ‘imagem da coisa’ para poder serem lidos” (p. 11). As autoras acrescentam que

“Os caracteres chineses apresentam muitos princípios de construção e combinatórias desses princípios. Entre eles se encontra a presença de *elementos fonéticos* combinados a outros elementos, sendo a maioria das palavras chinesas formadas sob esse princípio (Yu-Kuang Chu, 1986), sem, no entanto, perderem seu caráter visual. Esse fato pode levantar a questão de até que ponto se pode fazer distinções radicais entre fatos de linguagem: eles se entrecruzam todo o tempo e *qualquer proposição de pureza pode ser limitadora. Vemos o visual cruzar-se com o fonético e vice-versa; se há predominância de um ou de outro, isto não implica em uma exclusão ou subordinação*” (p. 11 – grifo nosso).

Destacamos ainda que Robins (1979 [1967]), ao discutir o alfabeto grego e ressaltar suas qualidades frente ao alfabeto fenício, destaca que, embora fonológico, não o era em seu todo “[...] pois nenhum alfabeto consegue sê-lo; por isso é que os linguistas têm necessidade de usar a transcrição fonêmica” (p.10). E o próprio Saussure, no capítulo VII da Introdução do *Curso*, separa a escrita em dois sistemas diferentes: uma escrita para aplicação usual e uma outra para os linguistas, servindo como instrumento de uma ciência. Retornaremos a Saussure no terceiro capítulo.

Essa última escrita, segundo Lapacherie (1995), é a que de fato “deturpa” a língua. São palavras do próprio autor:

[...] O API [*Alphabet Phonétique International* ou Alfabeto Fonético Internacional, em português], com efeito, permite apenas transcrever o enunciado oral; ele mostra fielmente os fonemas: nada mais. Ora, *uma língua não se reduz só a seus fonemas*. A nossa escrita, em compensação, transcreve mal e infielmente os fonemas, mas mostra os signos, suas relações sintagmáticas, as derivações, os limites da palavra, de grupos, de sentido... Ela manifesta uma análise da língua. Ela não é deturpação; ela é heurística. (p. 78 – grifo nosso).

Como mencionado no início deste capítulo, a escrita alfabética como representação da oralidade é o conceito de escrita que circunda os trabalhos sobre a alfabetização do surdo. Esse ponto de vista não é exclusividade do campo das línguas de sinais e está presente nos trabalhos sobre a linguagem desde a Antiguidade, como exposto ao longo de nossa discussão.

Acreditamos que para enfrentar essa concepção e entender o problema que nos interessa aqui, isto é, a aquisição do português escrito pelo surdo, é preciso avançar na reflexão da história da ciência da linguagem e ir para além da discussão da escrita alfabética como resultado da análise da oralidade. A discussão de Lapacherie, ao nos

mostrar que a escrita não é apenas a instauração de um alfabeto, parece-nos necessária para nos aprofundarmos na natureza da escrita alfabética. Também acreditamos ser necessária uma análise do papel da escrita para a reflexão linguística, razão pela qual recorremos a Sylvain Auroux (1992), para quem a escrita é condição de possibilidade de saber metalinguístico.

2.2 As teses de Auroux

Em *Revolução tecnológica da gramatização*, Auroux (1992) defende duas teses fundamentais: a) o “nascimento” da escrita como um dos fatores necessários para o aparecimento das ciências da linguagem; b) o período de produção de dicionários e de gramáticas, durante o Renascimento, como uma das revoluções tecnológicas da humanidade.

Interessa-nos destacar que Auroux não fala, propriamente, sobre o “nascimento” da escrita – como fez Higounet, os gregos e os latinos –, pois não se trata de um acontecimento cuja origem exata pode ser localizada ao olharmos o passado da humanidade, mas sobre a escrita enquanto um “processo” que não se restringe a uma data e não tem uma origem pontual. Nas palavras do próprio autor, esse processo pode ser delimitado “[...] num intervalo temporal aberto, às vezes consideravelmente longo” (1992, p. 21).

Para melhor compreensão das teses de Auroux, as discutiremos na ordem inversa. Isto é, discutiremos que o processo de gramatização ocorrido durante o Renascimento, ao insistir na análise da cadeia sonora para o estabelecimento de um sistema de escrita, desloca o lugar desta no desenvolvimento das ciências da linguagem. A escrita, antes concebida como *condição* da reflexão metalinguística, passa a ser entendida como *originada* a partir da análise da cadeia sonora. Isso se dá de tal forma, que, como vimos, na chamada linguística científica do século XIX, a língua escrita será vista com desconfiança pelos neogramáticos.

2.2.1 A gramatização das línguas vernáculas: segunda tese

A segunda revolução técnico-linguística de que trata Auroux (1992) diz respeito ao processo de *gramatização* das línguas do mundo, notadamente durante o Renascimento. O autor assim define *gramatização*: “[...] processo que conduz a

descrever e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário” (p. 65).

Nas palavras de Auroux (1992), a *gramatização* “[...] mudou profundamente a ecologia da comunicação humana e deu ao Ocidente um meio de conhecimento / *dominação* sobre outras culturas do planeta” (p. 9 – grifo nosso). Nessa nova ecologia, os sistemas alfabéticos servem de referência e a menção às línguas orais europeias uma constante.

Tal revolução ocorre, essencialmente, no Renascimento, época que o autor acredita ter ocasionado “uma virada decisiva” para as disciplinas que tratam a ciência da linguagem, sendo responsável também pelas características que essas disciplinas possuem atualmente. Nesse momento acontece um processo massivo de gramatização, incomparável, tanto quantitativa quanto qualitativamente, a qualquer outro processo de gramatização anterior ao final do século XV, quando vemos gramáticas das línguas que irão “[...] dominar a história da Europa (italiano, espanhol, francês, português, alemão, inglês), mas também do húngaro (1539), do polonês (1568) e do velho-eslovênio (1596) [...]” e atingindo, no início do século XIX, “[...] a maior parte das línguas escandinavas, eslavas, como também as fino-ungrianas, as quais, assim como o basco, não pertencem à família indo-européia [...]” (p.37). O processo de gramatização da “língua européia”, acrescenta o autor, é um processo recente e absolutamente contemporâneo ao das línguas ameríndias – a gramática do tupi de José de Anchieta, por exemplo, data de 1595, portanto, apenas 59 anos depois da primeira “Grammatica da Lingoagem Portuguesa” de Fernão de Oliveira, de 1536.

A invenção da imprensa, ocorrida nesse mesmo período, também teve consequências muito diretas no processo de gramatização dos vernáculos, na medida em que exigia a normalização destes para que a repetição, possibilitada pela nova tecnologia, se desse de maneira mais eficiente.

Para Robins (1979 [1967]), a invenção da imprensa foi o que permitiu “[...] a difusão da cultura em largas proporções;”. E assim como Auroux, Robins entende que o Renascimento marca uma virada decisiva, na medida em que foi nessa época que surgiu uma nova classe média de comerciantes que “[...] estendeu os benefícios da educação a círculos cada vez mais amplos da sociedade e estimulou o estudo de modernas línguas estrangeiras” (p. 78).

Voltando à Auroux, o processo de gramatização de uma língua exigiu a sua *alfabetização*, qual seja, a adoção de uma escrita nos moldes da escrita latina para que

gramáticas e dicionários das línguas vernáculas fossem produzidas em larga escala, como se observa no Renascimento. Dessa forma, a *alfabetização* seria “[...] a transcrição de uma língua em caracteres latinos” (p.65). O conceito de *letra*, nesse momento, remete ao conceito de *fonema*, que só será efetivamente formulado no fim do século XIX, em resposta a questões ortográficas:

[...] Podemos dizer que uma rica *epifonologia* (uma fonética funcional não tematizada como tal), pedida pela escrita, se desenvolve na base de concepções fonéticas articulatórias, que refinarão pouco a pouco o desenvolvimento da medicina e da acústica (AUROUX, 1992, p.65).

Dicionários e gramáticas, pilares de nosso saber metalinguístico, são igualmente “[...] instrumentos de dominação e de acesso aos saberes de outras civilizações [...]” (p. 66). A gramática, acrescenta Auroux (1992), é um objeto técnico que vai muito além da simples descrição da linguagem natural; é um *instrumento linguístico* que “[...] prolonga a fala natural [...]” (p. 69), na medida em que fixa a oralidade.

Processo semelhante pode ser visto no contexto das LS, mais especificamente nos trabalhos sobre glossários para os surdos. Stumpf, Oliveira e Miranda (2015) afirmam que glossários em LS são instrumentos “[...] para a preservação, valorização e ampliação do sinalário de Libras” (p. 174). As autoras afirmam também, a partir de Louis-Jean Calvet (2007), que esse processo de gramatização, para usarmos a expressão de Auroux, é comum na história dos grupos minoritários que lutam pela sobrevivência de sua língua.

Retornando à Auroux (1992), é evidente a relevância dada por ele à *escrita* como condição de possibilidade para que um saber linguístico aconteça.

[...] Tudo parece mostrar que não existe verdadeiro saber gramatical oral, sendo que os fatos justificam *a posteriori* a etimologia da palavra *gramática* (do grego *gramma*, letra), pela qual o Ocidente designou a parte essencial de seu saber linguístico. A linguística popular, em seu estado de pensamento selvagem, pertence a outro registro (p. 19).

Em direção semelhante, Robins (1979 [1967]) aponta o lugar de destaque ocupado pela escrita na base dos estudos gramaticais: “[...] nos estudos renascentistas do latim [...], a literatura se sobrepôs à lógica, tornando-se a autoridade primeira em matéria de regras e correção gramatical” (p. 79). Há que se assinalar a etimologia de *literatura*, que remete igualmente à letra, *littera* em latim.

Robins (1979 [1967]) também chama atenção para a diferença das gramáticas medievais e das gramáticas modernas. Para o autor, os renascentistas “[...] apenas reproduziam mecanicamente as não muito científicas descrições fonéticas de Prisciano e

dos gramáticos clássicos” (p. 79) e, portanto, não davam nenhuma importância à pronúncia do latim medieval (Cf. p. 79). As gramáticas modernas, por outro lado,

[...] deram muita atenção às relações entre a grafia, que então estava sendo padronizada pela imprensa, e a pronúncia. Problemas de ortografia e de reforma da escrita ganharam uma nova significação¹⁶: tendo em vista que continuava a confusão entre som e letra, foram apontadas e corrigidas várias inadequações na representação gráfica dos fonemas. Assim, os primeiros gramáticos italianos, por exemplo, empregaram novas letras para distinguir as vogais médias abertas das fechadas [...]. (ROBINS, 1979 [1967], p. 79).

Voltando à discussão anterior sobre a representação gráfica das línguas recém “alfabetizadas”, nos diz Aurox (1992) que esta ocorre, inicialmente, de forma analógica e selvagem, com o locutor nativo alfabetizado no latim adaptando a “[...] escrita ao som que ele percebe” e totalmente dependente da “[...] fineza de seus ouvidos” (p. 65).

Na esteira dessa discussão, situamos os recentes movimentos da comunidade surda na criação de dicionários e gramáticas e, caso que nos interessa particularmente neste trabalho, na legitimação de uma *escrita* para a língua de sinais. A nosso ver, é possível fazer um paralelo entre a busca por uma escrita própria para as LS e o processo de gramatização das línguas modernas, conforme discussão de Aurox. Nos dois casos, há uma razão política por trás da gramatização e uma tentativa de adotar uma escrita que as “represente”, instrumentalize e impeça seu *linguicídio*¹⁷ frente ao português oral e escrito, no caso da escrita de Libras.

No caso das línguas orais, o processo de gramatização estava diretamente ligado à formação do Estado-nação e à unidade linguística de seu povo. Ao mencionar os trabalhos de Dante (1265-1321), por exemplo, Aurox (1992) afirma que estes não tiveram tanto sucesso no que diz respeito à gramatização por faltar ao Ocidente medieval “[...] uma política de expansão linguística de uso interno ou externo” (p. 47). Afirmando que as reflexões metalinguísticas só se desenvolverão, realmente, a partir da “[...] constituição das nações européias no século XVI” (p. 48). Sobre a constituição das nações européias, Aurox (1992, p. 49) afirma:

¹⁶ O interesse pelas atividades escriturísticas do período medieval, conforme discussão de Higounet (2003 [1955]), tem uma conotação bem diferente daquela motivada pela invenção da imprensa. Enquanto na primeira, a escrita está vinculada a diferentes mosteiros e a diferentes práticas eclesiais, na segunda a escrita é motivada por uma tecnologia cuja eficácia está relacionada a sua padronização, tendo em vista a produção e distribuição de textos escritos. Esta segunda nos parece ser a “nova significação” da que fala Robins.

¹⁷ Expressão de Aurox (1992) para tratar do destino das línguas menos ou não instrumentalizadas (p. 70).

[...] A constituição das nações europeias corresponde a uma profunda transformação das relações sociais (nascimento do capital mercantil, urbanização, mobilidade social, extensão das relações comerciais etc.), aí compreendidas em seus aspectos religiosos (Reforma (1517) e Contra-Reforma). A expansão das nações acarreta indiscutivelmente uma situação de luta entre elas, o que se traduz, ao final, por uma concorrência, reforçada porque institucionalizada, entre as línguas. A velha correspondência *uma língua, uma nação*, tomando valor não mais pelo passado mas pelo futuro, adquire um novo sentido: as nações transformadas, quando puderam, em Estados, estes vão fazer da aprendizagem e do uso de *uma* língua oficial uma obrigação para os cidadãos.

Nessa época, por questões políticas, a escolha por uma língua nacional era urgente e as condições de produção de gramáticas e dicionários eram diferentes das condições dos períodos históricos anteriores. Nas palavras de Robins (1979 [1967], p. 78):

[...] O nascimento de Estados nacionais, o sentimento patriótico e o fortalecimento do governo central levaram ao reconhecimento como língua oficial de uma das variedades faladas em determinado território; as pessoas julgavam ser uma obrigação promover o uso e o cultivo de sua própria língua nacional.

No campo das LS, Jesus e Faria (2017) destacam que ao se analisar o processo de instrumentalização da Libras é possível notar “[...] o apelo à unificação de um povo em torno de uma língua materna própria, como ocorreu na formação das nações europeias no período do Renascimento” (p. 99).

As autoras destacam ainda, a partir da análise de dicionários e de uma gramática de Libras¹⁸ que observa-se “[...] o emprego da metalinguagem usada para uma construção gramatical, baseado na gramática da Língua Portuguesa, que, dessa forma, transmite à Libras sua ‘latinidade’” (JESUS e FARIA, 2017, p. 98).

Interessa-nos destacar que, segundo Auroux (1992), o processo de gramatização nas línguas orais está “[...] acompanhado de uma recusa da gramática latina” (p. 51). Isto é, uma recusa de um latim que era estritamente técnico e “[...] largamente artificial, ao mesmo tempo que uma língua de comunicação intelectual, influenciada em suas próprias estruturas pelos vernáculos” (p. 51).

¹⁸ As autoras analisaram as seguintes obras: 1) Minidicionário Ilustrado de Libras, elaborado pelo Centro de Formação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez; 2) Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira (CAPOVILLA; RAPHAEL, 2001); 3) o Novo Dicionário Trilíngue Ilustrado: português, inglês e Libras (CAPOVILLA; RAPHAEL; MAURÍCIO, 2013); 4) Dicionário Ilustrado de Libras (BRANDÃO, 2011); 5) Dicionário da Língua de Sinais Brasileira: Acessibilidade Brasil, versão 2.1 (LIRA; SOUZA, 2008); 6) Dicionário Libras, elaborado pela Federação Nacional de Educação dos Sursos (Feneis) e 7) Por uma gramática de línguas de sinais (FERREIRA, 2010).

Portanto, a *latinidade* da qual falam as autoras refere-se à herança latina que, segundo Desbordes (1995), ainda reverbera na ciência moderna. Pois, como destaca a latinista, a gramática é:

[...] inicialmente a ciência das letras, quer dizer, o aprendizado elementar da leitura e da escrita. Em seguida, é a ciência dos conjuntos de letras, isto é, a ciência dos textos, um método que permite estabelecer, explicar, ler e julgar os textos. É, ainda, uma atividade de ensino, sempre fundada em textos, a partir dos quais damos às crianças elementos da cultura geral, e também, eis o ponto, finalmente, uma exposição sumária das categorias da língua, que chamaríamos de gramaticais, aquelas que se encontram organizadas na *ars grammatica*, o sistema gramatical (p. 13).

Hoje, o conceito de gramática apresentado por Desbordes (1995) é representado pela Gramática Normativa. É a partir de textos, notadamente, que os alunos têm contato com a gramática de sua língua e aprendem o “português padrão”, priorizado pelas mídias e pelos grupos sociais privilegiados.

Notadamente, Jesus e Faria (2017) abordam a gramática latina enquanto “[...] uma técnica pedagógica de aprendizagem das línguas, inclusive a materna, e um modo de descrevê-las [...]” (p. 96). Esse posicionamento justifica-se mais para a frente, quando as autoras destacam que a instrumentalização da LS está destinada, principalmente, para o ensino da Libras. Destacando, mais uma vez, o paralelo entre a gramatização das línguas orais e da LS, pois assim como aconteceu com a gramática ao longo da história das línguas orais, a gramática no campo das línguas de sinais também sustenta “[...] uma pedagogia linguística, incluindo-se aí a língua materna” (JESUS; FARIA, 2017, p. 99).

2.2.2 A escrita como condição de possibilidade de reflexão metalinguística: primeira tese

A partir de Culioli, Aurox (1992) distingue dois tipos de saberes sobre a linguagem: epilinguístico e metalinguístico¹⁹. O primeiro diz respeito ao saber intuitivo que todo falante possui sobre a língua, enquanto o segundo diz respeito ao saber consciente – que, segundo Colombat, Fournier e Puech (2017), que compartilham o

¹⁹ “Deve-se esta noção a A. Culioli, cf. “A propos du genre en anglais contemporain”, em *Les Langues modernes*, 3, 1968:40, e “La Formalisation en linguistique”, em: *Cahiers pour l’analyse*, n° 9, 1968:106-17” (p. 33).

mesmo ponto de vista teórico, refere-se à reflexão do linguista. O saber epilinguístico, também de acordo com os autores, corresponde a uma reflexão metalinguística inconsciente, diferentemente da reflexão do linguista que é deliberada.

Segundo Aurox (1992), a escrita, ao viabilizar a objetivação da linguagem, permite que o saber epilinguístico passe para o metalinguístico, por isso o autor considera o “aparecimento” da escrita como uma *revolução tecnológica* tão importante para a história da humanidade quanto a Revolução Neolítica e a Revolução Industrial. Isto é, a escrita é “[...] *condição de possibilidade de saber linguístico* [...]” (1992, p. 21 – grifo nosso) e não uma consequência deste. Destacamos que o autor não fala, especificamente, da escrita dita alfabética, uma vez que “[...] uma escrita nunca começou por aí [pelo foneticismo], e que não se trata de uma condição necessária para a constituição de uma cultura escrita [...]” (1992, p. 21).

Prossegue o autor afirmando que embora toda escrita implique em um conjunto de normas, normalmente estilísticas e fruto de uma reflexão, ela, a escrita, “[...] não parece produzir espontaneamente uma reflexão sobre a natureza da linguagem [...]” (p. 22). É necessário a alteridade²⁰, encarada notadamente a partir da escrita, para que de fato ocorra uma reflexão metalinguística (Cf. p. 22).

Por outro lado, é a alteridade que marca o início da linguística moderna, em 1786: o momento em que Sir William Jones, cidadão inglês que exercia a função de juiz em Calcutá, na época da Índia Britânica, apresentou para o Royal Asiatic Society as semelhanças do sânscrito com o latim, grego e línguas germânicas (Cf. ROBINS, 1979 [1967], p. 106).

Para concluir, destacamos a inversão do lugar da escrita nas ciências da linguagem e na linguística. Ao longo deste capítulo, destacamos que: a alfabetização das línguas vernáculas dependeu da fineza da audição de seus locutores; a invenção da imprensa exigiu a padronização da escrita; a filologia clássica e a linguística histórica

²⁰ A alteridade, na discussão de Aurox (1992), é abordada a partir: a) da escrita, com a filologia e a lexicologia (cf. p. 22-23); b) das grandes navegações, com a descoberta de novos povos e, consequentemente, novos conhecimentos que permitiram a exploração do planeta (Cf. p. 52-53). Em ambos os casos, o conceito de alteridade diz respeito ao encontro com o outro. No segundo contexto, o contato com novos povos permitiu o estabelecimento da etnografia e da antropologia. Além disso, “[...] os engenheiros do Renascimento fizeram-nos passar dos humanistas aos cientistas, os missionários e exploradores fizeram-nos passar dos humanistas aos antropólogos” (p. 54). Neste trabalho, especificamente, nos deteremos no primeiro contexto, na medida em que “[...] a escrita, *fixando* a linguagem, objetiva a alteridade e a coloca como um problema a resolver” (p. 23), função que a coloca como condição de possibilidade do saber linguístico. A alteridade da qual o autor fala, nesse momento, refere-se a um problema linguístico: a necessidade de “[...] decifrar textos desconhecidos [...]” (p. 23), sejam eles estrangeiros ou textos canônicos antigos.

tinham a escrita como objeto. Todos esses momentos, evidentemente, dependeram de uma reflexão que só foi possível pela existência da escrita. Mas, simultaneamente, a escrita passa por reformulações geradas por uma reflexão sobre ela, como foi o caso da gramatização das línguas vernáculas. A partir deste deslocamento de lugar, a escrita passa a ser vista apenas como a representação da oralidade ou como resultado de uma reflexão, como uma técnica que pode ter sua origem recuperada através de uma história.

3. Por uma escrita para as línguas de sinais

Como foi apontado no capítulo anterior, os movimentos da comunidade surda na criação de dicionários, de gramáticas e uma *escrita* para a língua de sinais, parece-nos semelhante ao processo de gramatização do qual fala Aurox (1992).

Em *A escrita como condição de possibilidade de reflexão metalinguística: primeira tese*, mencionamos o trabalho de Jesus e Faria (2017) acerca da gramatização da Libras e da latinidade que aparece nos instrumentos linguísticos analisados²¹ pelas autoras, relacionando a discussão ao que ocorreu na história das línguas orais.

No caso de uma escrita para LS, assim como ocorreu na história das línguas orais, há uma busca por uma língua que “represente” o povo, neste caso, o “povo surdo”. Uma vez que a língua não é mais um problema, visto que o português oral existe para o ouvinte e a Libras existe para o surdo, a questão passa a ser a escrita dessa língua – que como já foi dito no capítulo anterior, é concebida como secundária em relação à sua forma dita primeira, no caso, a língua visual-gestual.

Acreditamos que a natureza da escrita vai além de uma relação biunívoca entre fonema/grafema e que os argumentos em defesa de uma escrita própria para as LS, tal qual ocorreu na história das línguas orais, são, em parte, políticos e relacionados à formação da identidade de um grupo, e não propriamente teóricos.

Nas considerações finais de seu artigo a respeito do uso do SW na educação bilíngue de alunos surdos, Dallan, Stumpf e Mascia (2018) chamam a atenção para o aspecto afetivo da alfabetização. Afirmando que ao escrever em sua própria língua, os alunos “[...] sentem-se gratificados e felizes [...]” (p. 174). E em sua tese, Stumpf (2005) destaca o fato de que uma escrita em LS permitiria que o surdo não apenas passasse uma mensagem, mas também sua “[...] maneira de ver, sentir e ler o mundo” (p. 46).

Entendemos que o caráter emocional é destacado pelas pesquisadoras, pois estas entendem que a escrita faz parte da construção da identidade de um povo - como vimos na discussão de Aurox (1992) e Robins (1979 [1967]) a respeito de *uma língua, uma nação*.

Podemos confirmar o movimento de formação de identidade coletiva no campo das línguas de sinais através da utilização da expressão “povo surdo”, por exemplo, como destaca Jesus e Faria citando Capovilla:

²¹ A lista dos trabalhos analisados pelas autoras está contida na nota de rodapé 15.

Um tal sistema de escrita visual direta de sinais traria múltiplos benefícios psicológicos e sociológicos. Permitiria à criança surda tirar vantagem das propriedades visuais de sua língua materna para pensar, comunicar-se e escrever numa única língua, o que aceleraria seu desenvolvimento linguístico e cognitivo, e a colocaria em pé de igualdade com a ouvinte. Ao mesmo tempo, como a aquisição do sistema secundário sempre resulta em reorganização, aprimoramento e desenvolvimento do primário, o uso de um tal sistema de escrita levaria naturalmente à expansão, ao desenvolvimento e ao refinamento linguístico do sinal, culminando no enriquecimento da língua de sinais (na medida em que os sinais de grupos e subculturas variadas forem sendo incorporados) e em sua normatização como língua oficial da cultura surda e do povo surdo. Isto seria instrumental à constituição da identidade da cultura de sinais e do *povo surdo*, à sua integração espacial e temporal, no território geográfico e através das gerações, e ao seu desenvolvimento cultural e social pleno. (CAPOVILLA et al, 2004 *apud* JESUS; FARIA, 2017, p. 100-101 – grifo nosso).

A presença da expressão “povo surdo” não é unanimidade no campo das línguas de sinais, mas destacamos sua utilização, bem como a presença de argumentos afetivos em alguns trabalhos sobre uma escrita para LS, na medida que entendemos que esse movimento se assemelha ao que ocorreu durante o período de instrumentalização das línguas vernáculas.

Auroux (1992) assinala que as nações buscavam na língua e, conseqüentemente, na escrita, a unificação dos cidadãos. Esta unificação não estava alicerçada no passado, mas nas oportunidades de futuro que estavam diante do novo Estado (Cf. p. 49). Os movimentos políticos no campo das LS, acreditamos, repete esse mesmo espírito unificador e esperançoso que estava presente no início da formação dos Estados-nações durante o Renascimento.

Voltando à escrita enquanto representação, entendemos que essa concepção não é exclusividade das línguas orais e tampouco é estranha ao campo das línguas de sinais. Lucimar Bizio (2015), especialista em educação especial em transtornos da aprendizagem, com experiência no ensino de libras e de língua portuguesa para surdos, em sua tese de doutorado sobre a relação entre oralidade, língua de sinais e escrita, afirma que:

[...] as inúmeras vertentes metodológicas relacionadas à educação do surdo, guardadas suas especificidades, têm um ponto em comum, a saber: *a ideia de que a escrita é representação da fala ou da língua de sinais*. Desse modo a escrita é sempre entendida um objeto a ser aprendido/apreendido; seu papel é secundário em relação ao papel da fala e, também, ao papel dos sinais, aos quais cabe a ela representarem. Em outras palavras, sustenta-se a hipótese de que a

escrita é um sistema que está subordinado à fala ou a língua de sinais. (p. 18 – grifo nosso).

Corroborando a afirmação de Bizio, num momento inicial das discussões acerca das estratégias de oficialização da Libras, afirma Quadros (2003) que

[...] a escrita alfabética da língua portuguesa no Brasil não serve para *representar* significação com conceitos elaborados na língua de sinais brasileira, uma língua visual espacial. Um grafema, uma sílaba, uma palavra escrita no português não apresentam nenhuma analogia com um fonema, uma sílaba e uma palavra na língua de sinais brasileira, mas sim com o português falado. (p. 100 – grifo nosso).

Entender que a escrita é a representação de grafemas, sílabas e palavras de uma língua é reduzi-la à noção de transcrição e entendê-la apenas como um instrumento que fixa a língua e permite sua sobrevivência – como discutimos no capítulo anterior.

Como alternativa para a questão da alfabetização, a autora menciona o fato de existir uma escrita capaz de *representar* formas e movimentos num espaço definido. “No Brasil, esse sistema escrito está sendo aplicado à língua de sinais brasileira e usado por alguns surdos a partir de um projeto de pesquisa que está sendo desenvolvido por Stumpf” (p. 101). A autora refere-se ao SW, o sistema de escrita desenvolvido por Vallerie Sutton a partir do DanceWriting – sistema também criado por Sutton para anotar movimentos de dança. Falaremos sobre ele a seguir.

3.1 O SW: uma escrita alfabética para a Libras

O sistema de escrita escolhido não é o único possível de ser aplicado às línguas de sinais – há a notação de Stokoe, o SignFont, o HamNoSys, O ELiS e o SEL²² (Cf. MORAIS, 2016). Escolhemos o SW, dentre os mencionados, por ser concebido como um sistema de escrita alfabética capaz de “[...] registrar qualquer língua de sinais do

²² Criada por William Stokoe e apresentada, em 1960, em seu livro *Sign Language Structure*, a notação de Stokoe tinha finalidade teórica e não prática (Cf. STUMPF, 2005, p. 48). A partir das considerações a respeito da Língua de Sinais Americanas (ASL), Stokoe comprovou que os sinais apresentavam uma ordem convencional e linear, que permitia um paralelo com os fonemas (Cf. SILVA, 2009, p. 18 e MORAIS, 2016, p. 30-31). O SignFont (1980), criado por pesquisadores em San Diego, e o HamNoSys (1984), criado por pesquisadores em Hamburgo, apresentam parâmetros parecidos com os da notação de Stokoe e sinais “parcialmente icônicos”, mas o primeiro é utilizado “[...] em uma capacidade limitada para textos informatizados” (MORAIS, 2016, p. 32) e o segundo é mais versátil, por apresentar-se como uma escrita capaz de “transcrever todas as línguas de sinais” (MORAIS, 2016, p. 34). O ELiS [Escrita das Línguas de Sinais] e o Sel [Escrita das Línguas de Sinais] são escritas brasileiras, o primeiro desenvolvido por Mariângela Estelita de Barros, durante seu mestrado, e o segundo projetado por por Adriana Stella C. Lessa-de-Oliveira. Segundo Morais (2016), o ELiS, o SEL e o SW são as escritas de sinais utilizadas na área da educação de surdos no Brasil.

mundo sem passar pela tradução da língua falada [...]” (STUMPF, 2005, p. 51-52) e ser o sistema de escrita de LS privilegiado nas disciplinas de Escrita de Sinais dos Cursos de Letras-Libras de várias universidades brasileiras²³.

Ademais, é o sistema de escrita adotado para o *Novo Dicionário Trilíngue Ilustrado: português, inglês e Libras*²⁴, de Capovilla, Raphael e Maurício (2013)²⁵, o que sustenta a aproximação que estabelecemos, a partir de Auroux (1992), entre a gramatização de Libras e a das línguas modernas, concomitante com a necessidade de adoção de uma escrita que as “represente”.

As regras básicas do SW, segundo o manual de *Lições sobre o SignWriting* (s/d), são: configurações de mãos, movimentos, pontos de articulação e expressões faciais. Um trabalho mais recente, mais especificamente a dissertação de mestrado de Silva (2009), acrescenta algumas regras básicas às apresentadas no manual: orientação da palma, ponto de articulação/locação e expressões não manuais.

Segundo Capovilla, Raphael e Maurício (2013), há quatro unidades mínimas de sinais, três referentes às propriedades das(s) mão(s) e uma referente às propriedades da face. Sendo forma de mão(s), local de mão(s) e movimento de mão(s) pertinente às primeiras unidades e expressão facial pertinente à última unidade mínima de sinais (Cf. p. 168-169).

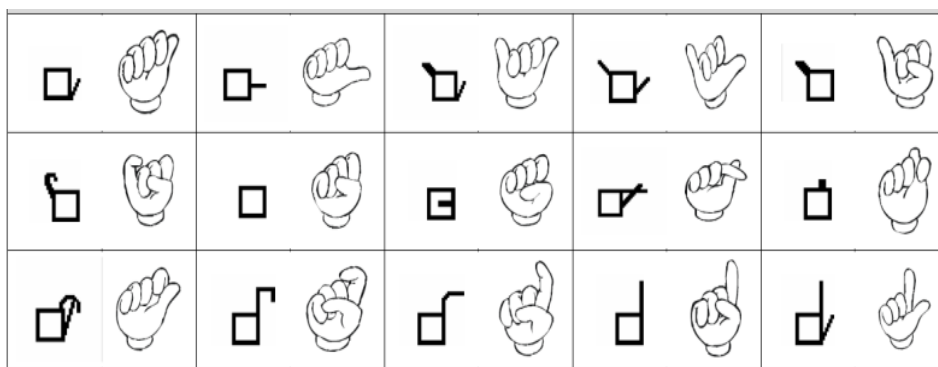
As palmas das mãos podem estar orientadas de seis formas: palma para a frente, palma para o lado esquerdo, palma para dentro, palma para baixo, palma para cima, palma para o lado direito. Os movimentos, que possuem aproximadamente 174 símbolos, são registrados com descrições de velocidade do movimento, os tipos de contato e o movimento dos dedos além do registro da mão que se movimenta durante o sinal; destacando a mão direita ou a mão esquerda, ou ainda se as duas mãos se movem juntas como se fossem uma ou com vários movimentos simultâneos, observando-se o plano – vertical, diagonal ou horizontal. “As expressões não manuais correspondem aos movimentos da face, dos olhos, da cabeça ou do tronco” (SILVA, 2009, p.34). Em SW, os pontos de articulação correspondem à “cabeça, rosto (bochecha, nariz, boca, pescoço, queixo), tronco” (SILVA, 2009, p. 38).

²³ Cf. nota 2.

²⁴ Cf. nota 4.

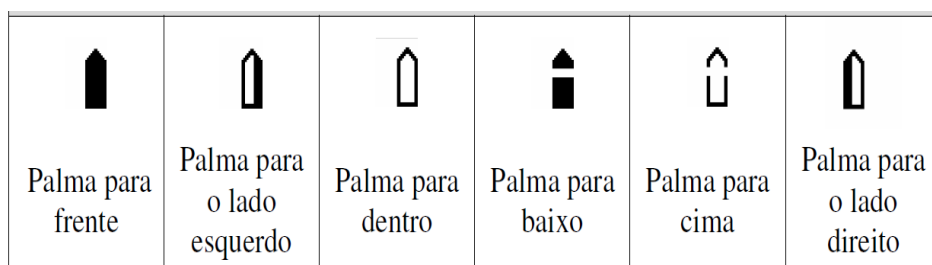
²⁵ O SW também é a escrita usada no dicionário mais recente, de 2017.

Figura 1 – Configuração de mãos



Fonte: (SILVA, 2009, p. 32)

Figura 2 – Orientação das palmas



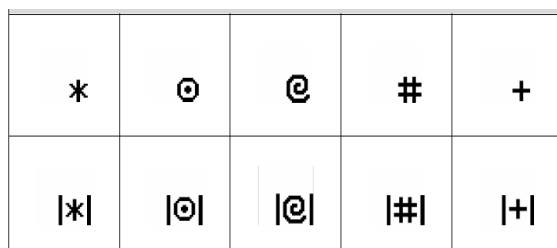
Fonte: (SILVA, 2009, p. 33)

Figura 3 – Velocidade dos movimentos



Fonte: (SILVA, 2009, p. 37)

Figura 4 – Tipos de contato



Fonte: (SILVA, 2009, p. 37)

Figura 5 – Movimento dos dedos

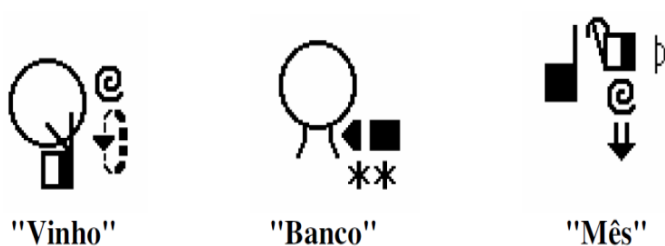
Fonte: (SILVA, 2009, p. 38)

Figura 6 – Ponto de articulação

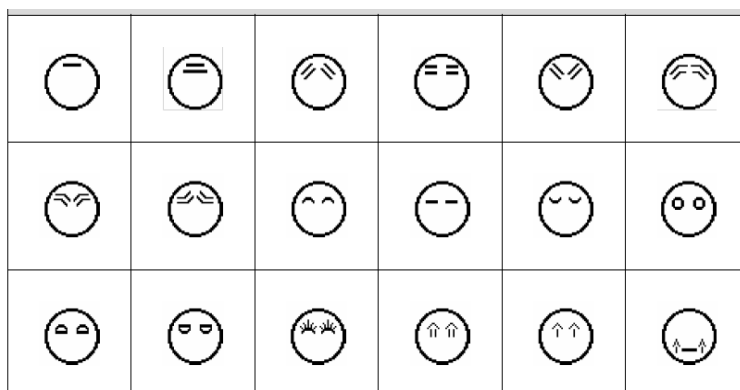
Fonte: (SILVA, 2009, p. 39)

Figura 7 – Exemplos de sinais com ponto de articulação



Fonte: (SILVA, 2009, p. 38)

Figura 8 – Expressões não manuais



Fonte: (SILVA, 2009, p. 40)

Mencionamos no capítulo anterior que alguns trabalhos no campo das línguas de sinais utilizam termos específicos das línguas orais, como é possível perceber no caso do SW, chamado de “fonético-fonológico”. Destacamos que tem essa terminologia não é unanimidade e que há discordância, uma vez que se trata de uma língua visual-gestual.

Cabe destacar aqui que existe uma contenda sobre a utilização dos termos “fonético-fonológicos” quando se refere às línguas de sinais, visto que são termos que remetem ao aspecto sonoro da língua o que na língua de sinais seriam aspectos visuais. Barros (2008), pesquisadora sobre escrita de línguas de sinais e criadora da ELiS, nomeia os aspectos visuais das línguas de sinais como visografemas, ou seja, “unidades mínimas (-ema) escrit (graf-) dos visemas (vis-), uma nomenclatura específica para a escrita dos elementos das LS [Línguas de Sinais]”. (SILVA, 2009, p. 15).

A nosso ver, a utilização de uma terminologia específica para as línguas orais mostra que, ainda que indiretamente, há uma necessidade de dar à Libras e ao SW o mesmo status dado português oral e ao português escrito. O caso de glossários de Libras e de outros instrumentos linguísticos, além de uma aproximação com o que ocorre em grupos linguísticos minoritários de ouvintes, por exemplo, confirmam que há uma tentativa de aproximação entre as línguas orais e as línguas de sinais. A razão para isso pode ser, em partes, política, como discutimos no início deste capítulo, contudo tem como consequência, ainda que indiretamente, o efeito contrário: colocar a escrita alfabética como modelo a ser seguido é reforçar seu lugar de prestígio.

3.1.1 A função pedagógica do SW

Stumpf (2005), em sua tese de doutorado, afirma que a escrita, que ela chama de escrita real, “[...] responde a uma situação, a uma motivação, supõe compreensão do

modo de sua construção. Na escrita real a criança precisa criar os elementos e as relações entre eles que não podem ser pré-estabelecidos” (p. 43). Essas relações, segundo a autora, já estão criadas entre a criança e a Libras, visto que ela consiste na língua natural²⁶ do surdo. Segue a autora afirmando que:

A construção da escrita passa pela experimentação de hipóteses. Na teoria de Piaget, “o conhecimento objetivo aparece como uma aquisição, e não como um dado inicial”. (Piaget, *apud* Ferreira, Teberosky, 1988). A criança quando aprende a escrever constrói suas estruturas cognitivas e simultaneamente reconstrói o sistema da escrita. Para que a criança se aproprie da escrita como um sistema de representação, ela precisa diferenciar os elementos e as relações próprias ao sistema e também, compreender a natureza do vínculo entre o objeto do conhecimento e sua representação. (2005, p. 43 – grifos nossos).

Ela diz ainda, com base em suas experiências com o ensino de crianças surdas, que pôde “[...] observar que muitos alunos pensavam que o português escrito era a escrita da língua de sinais usada por eles [...]” o que causa confusão e “[...] entre outros fatores, limita os resultados também das aprendizagens de leitura e escrita em português” (p.43).

A limitação ocorre, segundo Quadros (2003), pois o processo de alfabetização do surdo é baseada “[...] no ensino do português para crianças ouvintes que adquirem o português falado naturalmente” (p. 101). Prossegue a autora afirmando que apesar das “[v]árias tentativas de alfabetizar a criança surda através do português [...]”, utilizando o português sinalizado e os “[...] métodos artificiais de estruturação de linguagem até o uso do português sinalizado” (p. 101), a aquisição da português em sua modalidade escrita costuma fracassar.

O fracasso ocorre, segundo a reflexão de Stumpf (2005), pois a alfabetização exige uma transferência de significados com a sua “língua natural”. Essa transferência não é proposital, uma vez que a criança surda, assim como uma criança ouvinte, não possui “[...] consciência das estruturas gramaticais de sua língua [...]” (p. 45) – o que não a impede de adquirir “[...] fluência sem esforço [...]” (p. 45). Essa interação torna a criança, futuramente adulto surdo, capaz de satisfazer uma das necessidades básicas do ser humano: a comunicação.

²⁶ Retornaremos à questão da naturalidade da Libras no próximo capítulo, antes, porém, achamos necessário explicitar o que Stumpf (2005) chama de língua natural. Para a autora, a língua natural é aquela que pode ser adquirida perfeitamente (Cf. STUMPF, 2005, p. 99), obedecendo aos mesmos princípios linguísticos vistos na aquisição de uma língua oral.

Parece-nos que esta discussão, desde os primórdios, vinculou a escrita de língua portuguesa a uma noção de representação, além de entender que uma escrita de LS funcionaria como intermediária para a aquisição de uma língua oral escrita.

Quadros (s/d) afirma que a alfabetização a partir do SW “[...] é uma porta para a aquisição da escrita da LIBRAS que servirá de suporte para um processo de aquisição do português escrito” (p. 4). Palavras semelhantes são ditas em 2003, quando a autora fala sobre as propostas pedagógicas voltadas para os surdos:

Da mesma forma que há alguns anos, os estudos das línguas de sinais revolucionaram a visão quanto à aquisição da linguagem por crianças surdas, o reconhecimento de que as línguas de sinais não são línguas ágrafas transforma a visão do processo de alfabetização dessas crianças. Aqui mais uma vez, está-se propondo uma inversão reconhecendo-se a diferença. A escrita da língua de sinais capta as relações que a criança estabelece com a língua de sinais. *Se as crianças tivessem acesso a essa forma escrita* para construir suas hipóteses a respeito da escrita, a alfabetização seria uma consequência do processo. A partir disso, *poder-se-ia garantir o letramento do aluno* ao longo do processo educacional. (QUADROS, 2003, p. 101).

Stumpf (2005) também menciona Capovilla e Raphael (2001) para corroborar sua afirmação de que a educação, do modo como está, tem como consequência o fato de que a maioria dos surdos sai da escola “[...] como um analfabeto funcional” (p. 55). Para solucionar esse problema, a autora propõe converter em texto “[...] os sinais lexicais da língua com a qual eles [os surdos] se comunicam [...]” e que “[...] é preciso substituir o código alfabético que mapeia a fala, por outro código que mapeie os sinais, código quirêmico ou código de sinais [...]”, o SW sendo citado como exemplo deste último.

Capovilla, Raphael e Maurício (2013, p. 167) também afirmam que

Libras constitui recurso metalinguístico para mediar a aquisição do Português. Libras provê o significado das palavras, permitindo processamento lexical profundo. [...]. O sistema de escrita visual direta de sinais *SignWriting* (Capovilla & Sutton, 2009) é importante recurso para permitir à criança surda apreender os sinais de Libras num nível mais formal e *MetaLinguístico*, e para desenvolver habilidades *MetaLinguísticas* e analíticas poderosas que serão, em seguida, úteis à formalização do raciocínio linguístico analítico, e à aquisição do Português escrito.

Sutton, criadora do SW, também afirma que outros países estão usando esse sistema de escrita “[...] para aperfeiçoar as habilidades de leitura de surdos congênitos porque, ao ler e escrever a sua língua nativa, os surdos conseguem compreender melhor

as outras línguas e como elas são escritas” (CAPOVILLA; RAPHAEL, 2011, p. XXXVII).

Com o advento da internet e o avanço tecnológico, questionamos: a escrita ainda é necessária em nossas interações pessoais diárias? Hoje, por exemplo, é possível mandar áudios ou mensagens de vídeos para seus contatos nas redes sociais e conversar com eles sem que nenhuma palavra seja escrita. Se a escrita não é mais uma necessidade na comunicação diária, para que ela serviria? Nossa hipótese é que na ausência de um papel cotidiano, a escrita de LS, o SW mais especificamente, passa a ter *papel pedagógico*. Esse lugar pode ser atestado ao olharmos os argumentos em defesa de uma escrita de LS, expostos ao longo desta seção.

Em 2010, Dallan e Mascia afirmam que “[a]o aprender a escrita de Libras [o SW], os alunos adquirem uma ferramenta que proporciona e estabelece acesso ao conhecimento, pois possibilita uma retomada posterior de conteúdo” (p. 13). Stumpf, em 2003, afirma que “[a] aquisição da escrita em sinais pode funcionar como suporte para a aprendizagem do português escrito” (2003, p. 58). As três voltaram a falar sobre a alfabetização em SW, afirmando, em 2018, que: “[...] o SignWriting é potencialmente bom para o desenvolvimento de um letramento bilíngue Libras / Língua Portuguesa” (p. 175).

No início dos anos 2000, época que as discussões sobre o SW precisavam estar postas de maneira mais explícitas – dada não só a novidade da problemática para o grande público, inclusive acadêmico, como também a da fundamentação teórica dos argumentos apresentados na ocasião, que culminaram com o reconhecimento da Libras como a segunda língua oficial brasileira –, veremos Quadros afirmar que “[...] uma forma de escrita de sinais torna-se emergente para a continuidade do processo de alfabetização” (QUADROS *apud* NORONHA; FARIA, 2013, p. 173).

Como discutido no capítulo anterior, a escrita alfabética foi concebida, ao longo da história das línguas orais, como secundária e como representação da pauta sonora. Essa perspectiva também está presente nas discussões sobre as práticas pedagógicas voltadas para a alfabetização dos surdos dentro do próprio campo da LS.

Estamos cientes de que uma escrita para LS não é a única proposta pedagógica discutida pelos trabalhos sobre Libras, tampouco a mais recorrente – este lugar pertence a Libras como língua de instrução –, mas a privilegiamos por entendermos que estes trabalhos, ao tomarem a escrita como representação da oralidade, tornam o acesso ao oral como a única forma de se chegar ao escrito. Ao pensar dessa forma, corre-se o risco

de, ainda que indiretamente, defender o oralismo como a única forma de o surdo ser de fato bilíngue. (Cf. FARIA e NORONHA, 2013, p. 179).

De acordo com Bizio (2015), corre-se esse risco, pois as principais vertentes pedagógicas voltadas para a educação do surdo (o oralismo, a comunicação total e o bilinguismo) ainda necessitam de “[...] uma reflexão linguística, onde colocasse em cena a solidariedade entre estruturação da linguagem e estruturação subjetiva” (p. 37). Ele também afirma, a partir da reflexão de Goldfeld (2001)

[...] que a maior parte da bibliografia relacionada à aquisição da linguagem pelos surdos não aprofunda questões teóricas – fica-se apenas em análises acerca de questões práticas (metodológicas), discute-se qual seria a melhor maneira de atender à criança surda, como instrumentalizá-la para comunicar-se (p. 37).

Prossegue Bizio (2015) afirmando que os trabalhos sobre a aquisição da linguagem pelo surdo naturalizam o tema e resumem as discussões às práticas pedagógicas e clínicas, esquecendo-se de teorizar sobre a linguagem. Além disso, o autor acompanha Goldfeld (2001) e sua crítica à ausência de uma teorização sobre as vertentes pedagógicas acima mencionadas. São palavras de Goldfeld e assumidas por Bizio

Para fazer uma análise crítica dessas abordagens, deve-se fazê-la a partir de pressupostos teóricos bem definidos. Não é possível analisar as consequências que cada filosofia provoca no desenvolvimento das crianças surdas sem conhecer, a princípio, uma teoria que trate da linguagem e de sua importância no desenvolvimento global da criança. (GOLDFELD, 2001 *apud* BIZIO, 2015, p. 37).

De acordo com Bizio (2015), outra questão esquecida pelos trabalhos no campo das línguas de sinais diz respeito ao funcionamento da linguagem. Para discutir esta questão, ele introduz a reflexão de Faria (2011) acerca do funcionamento simbólico da linguagem e do modo como se dá o acesso a ele (Cf. p. 47). Como Faria levanta questionamentos que estão diretamente relacionadas ao tema deste trabalho, achamos prudente discutir nosso próprio ponto de vista acerca de sua reflexão. Voltaremos a Bizio em outro momento.

Segundo Quadros (2003), mencionada por Faria (2011), a Libras tornou-se objeto de investigação a partir dos anos 80 e sua aquisição tornou-se foco a partir dos anos 90. Com a oficialização da Libras, em 2002, os trabalhos sobre esses temas aumentaram consideravelmente e questões relativas “[...] à constituição da identidade

do surdo, às características linguísticas da Libras, à inclusão dos surdos nas escolas regulares” (FARIA, 2011, p. 235) e, destacamos, “[...] ao ensino do português escrito” (FARIA, 2011, p. 235) também passaram a ser investigadas. Devido ao tema de nosso trabalho, nos debruçaremos sobre a última questão.

Os trabalhos voltados para essa temática, segundo Faria (2011), ao buscarem o reconhecimento do português escrito como segunda língua do surdo, apresentam como problemática a noção de secundariedade da escrita em relação à oralidade.

Interessa-nos destacar o que a autora, a partir da análise dos trabalhos de Quadros (2003) e Fernandes (2006), identifica como ideias centrais dessas discussões sobre as práticas pedagógicas voltadas para os surdos²⁷:

a) a ideia de naturalidade atribuída à língua oral, neste caso, o português, e visual-espacial, no da Libras; b) a suposição de que a relação entre a língua natural e a escrita é da ordem da representação (FARIA, 2011, p. 240).

Os desdobramentos teóricos dessas ideias, por se relacionarem com o tema desta seção, isto é, a alfabetização dos surdos, merecem destaque.

De acordo com Faria (2011), a primeira ideia pressupõe que “[...] o acesso ao oral aparece como uma garantia de acesso ao escrito” (p. 240), enquanto a segunda pressupõe que a existência de uma escrita de LS tornaria a aquisição da escrita “[...] uma consequência [natural?] do processo” (p. 241). Em ambos os casos, a escrita é concebida como representação de uma língua anterior, seja ela oral ou visual-gestual. Prossegue a autora:

Ao se conceber a escrita de uma ou outra língua como representação da linguagem primeira e natural, seja esta o português ou a Libras, como supor a possibilidade de bilinguismo para o surdo a não ser através de sua oralização? Como apagar a ideia da deficiência – no sentido de falta de algo – quando o fracasso é possível de ocorrer, seja para o surdo ou para o ouvinte? (FARIA, 2011, p. 241).

Para Faria (2011), inferimos, a solução seria considerar que falta “[...] nos estudos linguísticos [...] uma análise da escritura sem considerar o som” (cf. 247), conforme assinala o linguista dinamarquês Louis Hjelmslev (1943). Se o surdo não tem acesso à oralidade, Faria (2011) completa, “[...] parece legítimo supor que será com a

²⁷ Ainda que o trabalho de Faria (2011) se proponha a analisar, especificamente, Quadros e Fernandes, acreditamos ser possível inferir que os conceitos e as discussões presentes nos trabalhos analisados são expressivos dentro do campo das línguas de sinais. Uma rápida busca no google acadêmico nos mostra que Quadros já foi citada 6.573 vezes e Fernandes 1.027 vezes, o que deixa claro a relevância das autoras em questão e o papel norteador de suas discussões.

matéria gráfica que ele terá que se haver de maneira privilegiada para torná-la linguística”, acrescentando logo em seguida que “[...] isso não significa [...] uma simples memorização da grafia de cada palavra” (2011, p. 247).

Fernandes (2006), ao relacionar a escrita chinesa à escrita em língua portuguesa produzida pelos surdos, contribuem para o deslocamento teórico no que diz respeito à dicotomia fonema/grafema e, conseqüentemente, no que diz respeito ao lugar comum delegado à escrita considerando o som. Contudo, as discussões não questionam o lugar secundário usualmente reservado para a escrita ou “[...] a ilusão de que a palavra enquanto unidade linguística possa ser apreendida isoladamente” (FARIA, 2011, p. 243). Ademais, o funcionamento simbólico da linguagem também não é contemplado por essas discussões, como destacado por Bizio (2015).

Interessa-nos essa reflexão na medida em que compreendemos que a escrita não é apenas a instituição de um alfabeto (Cf. Lapacherie, 1995) e que é preciso esquecer a origem de seus caracteres (Cf. Noronha e Faria, 2012), isto é, esquecer a origem de sua substância gráfica. A escrita pressupõe um funcionamento simbólico, uma existência relacional entre os elementos que a compõe. Portanto, os elementos não se definem isoladamente, mas sim a partir das relações de valor que eles exercem uns com os outros dentro do sistema. Conceber a escrita como um simples “instrumento” derivado da oralidade é deixar de lado questões como essa.

No que diz respeito às relações de valor, Faria (2011) retoma “[...] a máxima saussuriana de que ‘a língua é uma forma e não uma substância’” (p. 243), conforme a discussão apresentada em *O valor linguístico*, IV capítulo da segunda parte do *Curso* (retornaremos a este tópico no próximo capítulo).

É por a língua ser uma forma, segundo a discussão de Faria (2011), que é possível surdos e ouvintes compartilharem um mesmo idioma – o português, no nosso caso. Isto é, a Libras e o português escrito são manifestações da língua, são *substâncias*. Essa assunção se sustenta, segundo a autora, no sentimento provocado pela língua mencionado por Saussure: “[n]ão nos esqueçamos de que tudo o que existe no sentimento dos sujeitos falantes é real. Nós não devemos nos inquietar com o que conseguiu provocar esse sentimento” (SAUSSURE, 2004 *apud* FARIA, 2011, p. 237). É este sentimento, segundo a autora, que nos permite olhar para a escrita dos surdos e reconhecê-la como português, apesar dos estranhamentos que podemos ter diante desses textos, devido as suas particularidades linguísticas (Cf. FARIA, 2011, p. 237).

A autora diz ainda que assumir que é possível ter acesso ao português escrito sem passar pela oralidade nos obriga a refletir “[...] sobre as especificidades formais da linguagem, especificidades estas que extrapolam as considerações sobre línguas particulares” (FARIA, 2011, p. 237). Isto é, assumir que a alfabetização de uma língua pode ser possível sem passar pela oralidade é assumir que há, na língua, algo que a torna mais do que um mero instrumento para fixar a fala.

No primeiro capítulo desta dissertação, questionamos se sem o acesso à fala e às suas unidades mínimas, os fonemas, a aquisição do português escrito seria possível para o surdo. Afirmamos também, ao longo da discussão empreendida até agora, que alguns dos trabalhos voltados para esta temática, notadamente Stumpf (2003 e 2005) e Dallan, Stumpf e Mascia (2018), assumem que a escrita alfabética é representação de uma modalidade linguística anterior – seja ela a língua oral ou a língua visual-gestual. Retornamos à discussão, na medida em que Faria (2011) faz o mesmo questionamento e assinala, como destaca Bizio (2015)

que tanto em perspectivas que tomam a alfabetização como transcrição gráfica da pauta sonora, quanto naquelas que, para se opor a tal concepção, lidam com a ideia de letramento; a concepção de que a escrita ocupa um lugar secundário vigora. (BIZIO, 2015, p. 46).

Segundo Faria, essa concepção é “[...] o grande desafio colocado para as discussões que envolvem as práticas pedagógicas e que supõem uma relação de ensino-aprendizagem no campo da linguagem” (FARIA, 2011, p. 243).

A “solução”, como falamos anteriormente, estaria na desassociação entre a substância gráfica e a substância sonora. No primeiro capítulo, mencionamos o trabalho de Yu-Kuang Chu, sobre a escrita chinesa, e afirmamos que, para o autor, é necessário esquecer a iconografia dos caracteres para estes possam funcionar na escrita. Assumimos que o mesmo se aplica à escrita alfabética e à Libras.

A letra **A**, por exemplo, intrinsecamente não tem valor. Podemos estar nos referindo ao grupo das vogais, a primeira letra do alfabeto, ao morfema de feminino –a, ao artigo “a” ou ainda a preposição “a”. Ou seja, seu sentido depende do modo como ela irá se relacionar com os demais elementos linguísticos – é a isto que estamos chamando de funcionamento simbólico e que discutiremos no próximo capítulo. Um movimento de mão, no caso de Libras, tem valor de sinal e não de mímica, pois está submetido ao funcionamento da língua.

Retornando à discussão de Faria (2011), destacamos o que ela infere da reflexão de Hjelmslev (1943) a respeito da *substância*:

a língua portuguesa, ou qualquer outra, não tem a sua existência atrelada à substância sonora, mas às relações que são manifestadas pela substância selecionada, seja esta sonora, gráfica, gestual ou qualquer outra (FARIA, 2011, p. 248).

A substância, para o autor, não é o que define a língua. Hjelmslev afirma também que a escrita não é uma representação da oralidade, pois a existência da primeira não depende da segunda.

Neste momento, parece-nos oportuno retornar à primeira tese de Aurox (1992). Para o autor, a escrita é condição de possibilidade de reflexão metalinguística, pois permite a objetivação da linguagem. Em direção semelhante, Hjelmslev (1943) afirma, segundo Faria (2011), que o caráter simbólico da escrita “[...] é a condição para que as relações entre as pautas sonora e escrita possam ser imaginariamente isoladas numa ‘relação biunívoca’ como farão os já alfabetizados” (FARIA, 2011, p. 248).

Em outras palavras, é possível, sim, que a oralidade seja “representada” graficamente, mas esta representação é efeito da escrita sobre o falante e não resultado da transcrição da pauta sonora. É necessário estar inserido no jogo simbólico da língua para que possamos refletir sobre ela e seu funcionamento. A escrita do surdo, por nos mostrar com maior clareza as relações internas da língua, será o foco da discussão a seguir.

4. O funcionamento simbólico da escrita e suas relações internas

Como discutido nos capítulos anteriores, a alfabetização em português escrito é uma exigência legal cujo cumprimento, de acordo com os trabalhos aqui analisados, encontra um obstáculo na *representação*. Isto é, a escrita alfabética, entendida como decalque da oralidade, seria de difícil acesso aos surdos, que precisariam de uma escrita de LS para intermediar o processo de aquisição do português escrito.

Esse lugar de subalternidade da escrita, herança dos gregos e dos latinos, conforme a discussão historiográfica empreendida ao longo deste trabalho, não é o posicionamento que tomamos aqui. Entendemos que a escrita alfabética não se limita à representação e possui um aspecto de escrita ideográfica, além de um funcionamento simbólico que pressupõe relações internas entre os elementos linguísticos.

Nesse sentido, recorreremos à tese de doutorado de Dizeu (2017), cuja discussão gira em torno da escrita do português pelo surdo e apresenta a teoria do valor saussuriana como alternativa à noção de representação. Discutiremos a tese em questão no tópico a seguir.

Logo após, valeremo-nos novamente da discussão sobre a escrita realizada por Bizio (2015), introduzida no capítulo anterior, ao falarmos a respeito da função pedagógica do SW e dos impasses que se chega, relativamente à aquisição do português escrito pelo surdo, quando a escrita alfabética é assumida, consciente ou inconscientemente, como representando diretamente a pauta sonora. Tomar a escrita como representação é, indiretamente, defender o oralismo, na medida em que o acesso ao oral é visto como fator determinante no processo de alfabetização.

Esse posicionamento, de acordo com Bizio (2015), é resultado da carência “[...] de uma reflexão linguística” (p. 37) que coloque “[...] em cena a solidariedade entre estruturação da linguagem e estruturação subjetiva” (p. 37). Ao mencionar a estruturação subjetiva e a estruturação da linguagem, em um contexto em que trata das abordagens educacionais para o surdo – o oralismo, a comunicação total e o bilinguismo –, o autor faz referência ao funcionamento da língua e, como decorrência, ao funcionamento da escrita. Ambos não são fortemente discutidos pelos trabalhos no campo das línguas de sinais, pois, nas palavras do autor:

A aquisição de linguagem pelo surdo quase sempre é assunto levantado para justificar práticas pedagógicas ou clínicas – *ela não é vista como um enigma*. Parece ser por esse motivo que uma reflexão

sobre a linguagem e seu funcionamento é dispensada e, com ela, o desejo de teorização. Acompanhando a autora acima citada [Goldfeld (2001)]²⁸: parece ser necessário deslocar os estudos sobre aquisição da linguagem pelo surdo do palco de discussões ideológicas, e tomá-la como uma questão que merece reflexão teórica particular. (BIZIO, 2015, p. 37 – grifo nosso).

As discussões ideológicas acima mencionadas foram analisadas por nós no capítulo anterior, quando mostramos a presença de argumentos de caráter emocional nos trabalhos da área, assim como a busca por uma unificação do “povo surdo” – semelhante ao que ocorreu durante o período de gramatização das línguas vernáculas no Renascimento – e por isso não nos debruçaremos sobre o tópico.

No entanto, chamamos a atenção para a naturalização do processo de aquisição de linguagem pelo surdo e seu efeito no que diz respeito à teorização sobre a escrita alfabética, foco deste trabalho. Se a linguagem não é enigma, a escrita também não o será e continuaremos repetindo uma reflexão na qual o predomínio da voz se impõe. É necessário, como diz Bizio (2015), nos deslocarmos das discussões ideológicas e refletirmos sobre a aquisição da linguagem – e da escrita, assumimos – de maneira particular. Neste capítulo, recorreremos ainda às considerações sobre a língua realizada por Lier-DeVitto (2018) para falarmos a cerca do funcionamento simbólico da língua, que na discussão saussuriana corresponde à teoria do valor.

4.1 A escrita de surdos: enfrentando o enigma

Em “A escrita do surdo na clínica fonoaudiológica - a demanda por uma alternativa à noção de representação”, Dizeu (2017), fonoaudióloga de formação, analisa a produção textual de cinco usuários de Libras, de português oral e/ou de leitura orofacial, com idades entre 10 a 17 anos e com perdas auditivas de graus variados, e discute a escrita alfabética a partir desse *corpus*.

O interesse por esse tema, segundo a autora, é resultado das particularidades nos textos dos surdos com quem ela trabalhou na clínica fonoaudiológica e das perguntas que a Fonoaudiologia era incapaz de responder. As respostas para essas perguntas, contudo, também não foram encontradas com facilidade na Linguística ou na Educação, pois eram “[...] questões novas para essas áreas” (DIZEU, 2017, p. 13).

²⁸ A teorização de Goldfeld (2001) assumida por Bizio (2015) pode ser encontrada na página 47 deste trabalho.

Dentre essas questões pouco discutidas nas áreas mencionadas²⁹, em razão de sua natureza ampla e nova, destacamos: a) “Quais aspectos convergentes e divergentes a oralidade traz para a aquisição da escrita pelo surdo?”, b) “As peculiaridades encontradas na escrita do surdo podem ser correlacionadas à língua que o sujeito usa para se comunicar?”, c) “A escrita do português pelo surdo usuário de LIBRAS é uma transcrição da língua de sinais?” e d) “Os ‘desvios’ encontrados na fala do surdo oralizado são reproduzidos em sua escrita?” (DIZEU, 2017, p. 13). Todas elas tocam de modo muito direto na noção de representação: são questões sobre a diferença que o acesso aos fonemas tem no processo de alfabetização (questão a), sobre a escrita como representação da língua oral ou da LS (questões b e c) e sobre a suposta influência da oralidade sob a escrita (questões c e d, especialmente).

Dizeu (2017) está ciente de que essas questões tocam na representação e reconhece a influência acima mencionada, mas não acredita que esta influência seja suficiente para comprovar o caráter secundário da escrita alfabética. Debruçar-se sobre o que a escrita do surdo comporta de enigma, como definiu Bizio (2015), se mostra um caminho muito mais produtivo teoricamente, ainda que não represente, diretamente, uma solução pedagógica para a adoção de uma prática. Não é este o intento da autora, assim como também não é o nosso.

O uso de uma modalidade linguística como intermediária do processo de alfabetização dos surdos foi discutido com mais detalhes no capítulo anterior. Retornamos ao tema, neste momento, por ser possível encontrar a mesma discussão no trabalho de Dizeu (2017) a partir de dados de escrita do surdo. São palavras da autora: “[a] possibilidade de aquisição da escrita do português pelo surdo é muitas vezes vinculada à dependência da aquisição da língua oral ou da de sinais” (p. 14).

Apesar de a autora, neste momento, não mencionar uma escrita específica para a Libras como uma das “dependências” do processo de alfabetização do surdo, identificamos que o mesmo argumento é utilizado nas discussões sobre o SW – que

²⁹ Dizeu apresenta em seu trabalho as seguintes questões: “[...] porque alguns sujeitos surdos oralizados apresentam dificuldades em adquirir a escrita do português? Como ocorre a aquisição da escrita do português por usuários da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)? Quais aspectos convergentes e divergentes a oralidade traz para a aquisição da escrita pelo surdo? Quais peculiaridades podem existir na escrita do português do surdo oralizado e do surdo usuário da LIBRAS? As peculiaridades encontradas na escrita do surdo podem ser correlacionadas à língua que o sujeito usa para se comunicar? Isso as torna exclusivas da escrita do sujeito surdo? A leitura orofacial (LOF) pode trazer interferências da língua oral para a escrita do surdo? Por que a escrita do surdo oralizado e do surdo usuário de LIBRAS apresentam semelhanças? A escrita do português pelo surdo usuário de LIBRAS é uma transcrição da língua de sinais? Os ‘desvios’ encontrados na fala do surdo oralizado são reproduzidos em sua escrita?” (DIZEU, 2017, p. 13)

discutiremos posteriormente. Essa dependência coloca a escrita alfabética como representação de uma modalidade anterior, seja ela a língua oral ou a língua de sinais.

Confirmamos isso quando, na sequência da última citação, Dizeu afirma que, nos trabalhos sobre esse tema, é possível encontrar o seguinte discurso:

[...] se o surdo oralizasse poderia adquirir mais facilmente a escrita, por outro, encontramos a “dificuldade” presente na escrita do surdo ser justificada pelo fato de a língua de sinais ter elementos distintos do português e que, por isso, torna-se complexo para o surdo usar certos elementos gramaticais dessa língua. (DIZEU, 2017, p. 14).

Afirmações como as da citação acima se sustentam em argumentos do tipo: o surdo apresenta desvios em sua escrita por não ter acesso aos fonemas que são representados graficamente e às particularidades linguísticas da língua representada. O ouvinte *representa* graficamente sua língua, mas o surdo *representa* uma língua cujos elementos gramaticais são diferentes da Libras.

No início deste capítulo, mencionamos os efeitos que a naturalização do processo de aquisição da linguagem, no caso do surdo, significaria para a teorização sobre a escrita. Voltamos a esse tópico, agora, pois o efeito pode ser visto na discussão de Dizeu. A ausência de uma reflexão sobre a natureza da escrita permite simplificações sobre o tema e a ela é atribuído apenas o “[...] papel de *representação* da língua portuguesa oral ou da LIBRAS” (DIZEU, 2017, p. 14)”. Além disso, o acesso a esta modalidade linguística é apresentado como uma condição do processo de alfabetização, uma vez que a função da escrita será representar uma língua anterior.

Esse posicionamento, segundo Dizeu (2017), está naturalizado na Fonoaudiologia e serve como guia durante a elaboração das atividades de escrita e a aplicação delas durante as sessões terapêuticas fonoaudiológicas – retornaremos a essa “naturalização” posteriormente.

A autora menciona também que as atividades de escrita, no contexto da clínica fonoaudiológica, ganharam espaço como consequência da oficialização da Libras, que ampliou a “[...] percepção de linguagem” e apresentou a escrita “[...] como uma possibilidade de o surdo usar o português” (p. 24) – lembramos que, na educação bilíngue, o português escrito é a segunda língua do surdo. Nas palavras da autora: “[c]omo reflexo desse movimento de mudança, a oralidade deixa de ser exclusiva na clínica e a escrita ganha espaço dentro do processo terapêutico” (DIZEU, 2017, p. 25). Outro reflexo desse movimento, no que diz respeito à oralidade na Fonoaudiologia, é a

aproximação de muitos profissionais da área com a Linguística e a Educação – em decorrência das dificuldades encontradas durante o processo de aquisição do português escrito pelo surdo (Cf. DIZEU, 2017, p. 26).

Anteriormente, mencionamos que a noção de escrita como representação está, de um modo geral, naturalizada na Fonoaudiologia e serve como guia para as sessões terapêuticas. Dizeu (2017) é uma das fonoaudiólogas que instigadas pelas dificuldades da alfabetização do surdo buscaram “romper” com a noção de representação e por isso dirigiram-se à Linguística e à Educação. No caso da autora, esse rompimento permitiu uma aproximação com a argumentação de Abaurre (1989), linguista cujas pesquisas focam na fonologia do português e no processo de aquisição da escrita de crianças ouvintes.

Dizeu utiliza como fonte, especialmente, *Oral and written: beyond the descriptive illusion of similarities and differences*³⁰, trabalho não publicado e cedido à autora pela própria Abaurre. É nele que Dizeu se apoia para afirmar que, apesar da influência que as modalidades linguísticas têm umas sobre as outras, a oralidade e a escrita são sistemas “[...] relativamente autônomos do ponto de vista semiótico, pois são organizados conforme regras e princípios específicos” (DIZEU, 2017, p. 61).

Prossegue Dizeu (2017) afirmando que é possível concluir que estamos diante de sistemas autônomos, conforme a citação acima, porém “[...] estamos longe de compreender a verdadeira natureza dessa relação entre língua oral e escrita, bem como de avaliar a autonomia do sistema de escrita” (DIZEU, 2017, p. 68). Analisar a produção textual dos surdos pode nos ajudar a compreender essa natureza e “expandir um pouco mais essa discussão e entender melhor esse sistema [alfabético de escrita]” (DIZEU, 2017, p. 68).

Isto é, mais do que nos permitir entender o funcionamento desse sistema, a análise da escrita do surdo pode contribuir para a reflexão sobre a escrita e o lugar do sujeito nesse contexto, alterando nossa relação com a língua. Nas palavras de Dizeu: “ao nos debruçarmos sobre a escrita, é possível reconhecer pistas no ato de escrever e, assim, deslocar esse sujeito de uma concepção cognitiva” (DIZEU, 2017, p. 117).

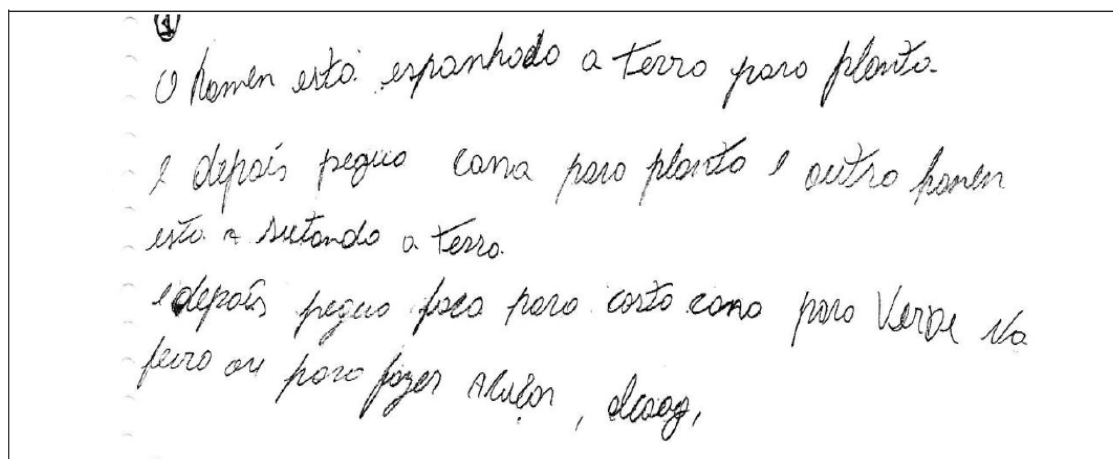
Dizeu (2017) refere-se a uma concepção inatista, que acredita haver “estágios de desenvolvimento cognitivo” (p. 58), nos quais a criança desenvolveria “[...] habilidades metafonológicas” (p. 34) que permitiriam relações entre fonemas e grafemas. Contudo,

³⁰ “Oralidade e escrita: além da ilusão descritiva de similaridades e diferenças”.

é necessário que se pense a escrita a partir de uma relação singular, que submete o sujeito ao funcionamento interno da língua e não apenas aos fatores biologicamente pré-determinados. É essa mudança de perspectiva teórica que permite apreender o deslocamento do sujeito e chegar a novas considerações sobre a natureza da escrita, como Bizio (2015) afirma ser necessário.

É nesse sentido que trazemos algumas das atividades analisadas por Dizeu (2017) em sua tese, pois reconhecemos que a língua e, mais especificamente a escrita, nos afetam enquanto sujeitos e merece uma reflexão particular. As produções textuais analisadas foram produzidas entre 2003 a 2015, com adolescentes surdos de diferentes graus de perda auditiva. Começaremos pela produção do adolescente D., de 16 anos.

Figura 9 – Escrita de D. - manuscrito



Fonte: (DIZEU, 2017, p. 31)

Figura 10 – Escrita de D. - transcrição

1. O homen está espanhado a terra para planta
2. e depois pegua cana para planta e outro honen
3. esta a sutando a terra
4. e depois pegua faca para corta cana para Verde Na
5. feira ou para fazer aluçar, alcoog,

Fonte: (DIZEU, 2017, p. 32)

Se o acesso aos fonemas é condição para o processo de aquisição do português escrito, a dificuldade apresentada por D. pode ser atribuída à sua perda auditiva. Portanto, os desvios na escrita, como “‘espaNHaðo’ (espalhando), ‘HomeN’/’hoNeN’

(homem), ‘pegUa’ (pega), ‘plantaø’ (plantar), ‘cortaø’ (cortar), ‘veRdeø’ (vender), ‘aCuÇar’ (açúcar) e ‘alcooG’ (álcool)” (DIZEU, 2017, p. 32) seriam marcas próprias de quem não tem acesso aos fonemas do português.

No entanto, o adolescente tem perda auditiva leve a moderada, é oralizado e usa aparelho de amplificação sonora individual (AASI). Pela lógica representacionista discutida até o momento, o fato de ele ter acesso aos fonemas deveria significar que sua escrita teria uma relação de correspondência direta com a oralidade. Contudo, como afirma Dizeu (2017), “[é] evidente o fato de haver entre seu texto e a pauta oral relações de correspondência, porém nem por isso, as relações se esgotam aí” (p. 32) e “[s]ão notórios também outros desvios que sugerem *relações de naturezas distintas que não se apoiam na oralidade*, mas ao funcionamento da convenção escrita” (p. 32 – grifo nosso).

Salientamos que a interferência da oralidade sobre as demais modalidades linguísticas e as relações de correspondências não estão sendo questionadas, pois não há dúvidas quanto a isso. O ponto de nosso questionamento é se a escrita alfabética é apenas representação da pauta sonora e se a alfabetização deveria ser baseada nisso. Segundo a discussão apresentada na seção *Escrita alfabética e representação*, presente no primeiro capítulo deste trabalho, a resposta é não.

Lapacherie (1995), um dos autores mencionados no referido capítulo, afirma categoricamente que “[...] nossa escrita não é alfabética, no seu princípio real e verdadeiro” (p. 78), pois também é formada por signos não-alfabéticos – pontuação, espaços em branco, tipografia, orientação (da esquerda para a direita) etc. São esses signos que tornam a escrita bidimensional e que operam “[...] uma verdadeira *mudança de ordem*, e não somente uma ‘representação’” (p. 73).

Ou seja, a escrita não é apenas a instauração de um alfabeto e a sua utilização para representar uma modalidade linguística anterior, mas sim um deslocamento da perspectiva do sujeito, como resultado da influência do sistema de escrita ao qual ele necessariamente terá que se submeter. Por isso que Lapacherie afirma que a escrita opera uma *mudança de ordem* e por isso também que respondemos, no parágrafo anterior, que a escrita não é apenas a representação da pauta sonora. Incumbir à escrita o papel de representação da oralidade é ignorar sua complexidade.

Voltamos a mencionar Bizio (2015) e Desbordes (1995), cujos trabalhos discutem o tratamento trivial da linguagem e da escrita, respectivamente. Para o primeiro, as propostas pedagógicas para a educação do surdo tratam a linguagem como

algo que não é enigmático e que não resulta no desejo por uma reflexão teórica particular. Para a segunda, os latinos entendiam a escrita como mera ferramenta utilizada para fixar a língua, ou seja, o seu efeito é entendido como causa. Nos dois casos, a complexidade do funcionamento da língua é ignorada.

É essa complexidade que vemos, por exemplo, na escrita de D., que se desloca da oralidade em vários momentos, ainda que ele seja oralizado. É esse deslocamento que nos permite reconhecer que a escrita alfabética possui um funcionamento interno que extrapola a relação com a oralidade.

Para exemplificar o que estamos dizendo, voltamos à análise de Dizeu (2017). A autora chama a nossa atenção para o fato de D. hesitar sobre o uso do **M** (linha 1, figuras 9 e 10) e do **N** (linha 2, figuras 9 e 10) no caso de **homem**, mas se manter firme no uso de uma marca exclusivamente gráfica – a letra **H**. Efetivamente, se a escrita fosse representação da oralidade, todos os ouvintes seriam alfabetizados e D. apenas representaria graficamente o que ouve ou sinaliza, mas, como vimos, seu texto apresenta marcas que são específicas dessa modalidade linguística. Segundo a autora, essas marcas mostram que “[n]em todas as possibilidades na língua escrita se relacionam com a oralidade” (DIZEU, 2017, p. 33) e que o adolescente “[...] utiliza a fala, mas nitidamente estabelece outras relações em sua escrita” (DIZEU, 2017, p. 33). São essas relações, independentes da oralidade, que tornam “ve**R**de” (linha 4, figuras 9 e 10) e “espa**NH**ado” (linha 1, figuras 9 e 10) possíveis de ocorrer, como veremos abaixo.

De acordo com a análise de Dizeu (2017), é possível interpretar “ve**R**de” pelo menos de duas formas: D. tinha em mente o verbo **vender** e não a cor **verde** ou D. se referia à cor, em razão da “[...] temática do texto, assim como pela proximidade de **cana**” (DIZEU, 2017, p. 103). No caso de **verde**, a hipótese é que D. fez relações que não se restringem à pauta oral e que o tema e a realidade do mundo tiveram influência sobre o seu texto. Quanto à **vender**, o apagamento do **R** no final pode “[...] ser facilmente atribuído a uma ausência de seu fonema correspondente na oralidade” (DIZEU, 2017, p. 102), uma vez que sua ausência também pode ser notada em “planta**Ø**” (linha 1, figuras 9 e 10) e “corta**Ø**” (linha 4, figuras 9 e 10). No entanto, volta a aparecer em “para faze**R** açuca**R**” (linha 5, figuras 9 e 10).

Outra hipótese é que ele tem dificuldades “[...] com a nasalidade da língua” (DIZEU, 2017, p. 102) e que por isso substituiu o **N** por **R**, o que resultou em ve**R**de**Ø**. O que não se sustenta quando analisamos “espa**NH**ado”, pois o modo como D. utilizou

o N em “plaNtaØ” e em “sutaNdo” (linha 3, figuras 9 e 10) nos mostra que as particularidades de sua escrita não podem ser resumidas ao problema da nasalização.

Essas palavras correspondem ao que Dizeu (2017) chama de “escritas enigmáticas”. Para a autora, aparentemente estamos diante de verbos no gerúndio, em expressões do tipo “estar –ndo” mas é impossível afirmar categoricamente quais verbos seriam esses. Ela analisa ainda que “[...] é interessante observar em **espanhado** as relações que poderiam ser recuperadas entre os dígrafos **NH** e **LH**, que parecem ter se cruzado na tentativa de registrar **espalhando** a terra” (DIZEU, 2017, p. 103).

A partir das duas análises, Dizeu (2017) conclui que os “[...] movimentos a que estão submetidas as unidades linguísticas” (p. 103) são subordinados “[...] à ordem da língua, para além da representação direta entre unidades sonoras e gráficas” (104). Esses movimentos dizem respeito à relação do sujeito com o funcionamento simbólico da escrita e aos deslocamentos próprios desse sistema, como discutimos anteriormente a partir de Lapacherie (1995). No caso em questão, os deslocamentos acontecem “[...] dentro da própria palavra: veRde – vendeR e espaNhado – espalhaNdo” (p. 103) e são percebíveis pela movimentação das letras **R** e **N**, que se deslocam ocupando lugares possíveis de ocorrer na escrita convencional do português. Em outras palavras, lugares regidos por uma ordem.

Ainda sobre o funcionamento simbólico da escrita, destacamos que, ao apresentar o *corpus* de sua pesquisa, Dizeu (2017) afirma ser impossível identificar se o autor do texto analisado era um surdo oralizado ou apenas usuário da Libras, pois não dá para “[...] afirmar categoricamente quais marcas da escrita do português são exclusivas da escrita do surdo usuário do português oral ou da LIBRAS” (p. 42). Essa impossibilidade, segundo a autora, permite supor que apesar de existir interferência da oralidade sobre a escrita, há “[...] outros elementos da escrita do português que não se limitam ao uso da audição” (p. 19), como já foi mencionado anteriormente.

Outra atividade de escrita que trazemos para nosso trabalho refere-se à dupla formada por H. e R., discutida a seguir. Antes, porém, de iniciarmos os comentários sobre a análise da atividade, mencionamos que Dizeu (2017) afirma que a proposta pedagógica utilizada na alfabetização do surdo é baseada em um “[...] modelo de relação direta entre fala e escrita, de tal forma que o português é ensinado para surdos e ouvintes sem levar em consideração suas particularidades, apesar de a língua oral, na maioria das vezes, não ser acessível ao surdo” (p. 68). Salientamos essa afirmação, pois, ainda segundo a autora, a atividade que corresponde às figuras 12 a 16 abaixo, que

envolve uma situação de diálogo, foi escolhida por acreditar-se que os surdos “[...] teriam maior facilidade para executar a proposta, uma vez que, para escrever, precisariam apenas *representar* diretamente o que é falado/sinalizado” (DIZEU, 2017, p. 45).

Passemos então ao dado.

Figura 11 – Escrita de H. - manuscrito



Fonte: (DIZEU, 2017, p. 44)

Figura 12 – Escrita de H. – transcrição

LINHA	MENINA	LINHA	MENINO
1	oi marcos	1	Oi bom
2	o que você	2	Vc amigo
3	está lendo	3	Eu olh bom
4	tá você	4	Ta vc
5	Por que	5	Sua casa
		6	É por que?

Fonte: (DIZEU, 2017, p. 44)

Figura 13 – Escrita de R. - manuscrito



Fonte: (DIZEU, 2017, p. 97)

Figura 14 – Escrita de R. – parte 1 da transcrição

LINHA	MENINA	LINHA	MENINO
1	oi marcos	1	o você que
2	o que você	2	amigo sorrir
3	está lendo	3	Bom venlho é
		4	ver livro
4	eu você	5	eu que
5	estão palavres	6	Casa arevore
6	vou chão	7	favi bom muito
7	ter paz	8	só uma DISENY
		9	dios amigos

Fonte: (DIZEU, 2017, p. 97)

Figura 15 – Escrita de R. – parte 2 da transcrição

8	Bom	10	ter para
9	sim ou	11	Gostor mais
10	DISENY	12	Texta DSENIY
11	<u>Veze</u>		
12	casa quem	13	sim ou vezez
13	você também	14	DISENY chão
14	cada novo.	15	menima é
15	damias	16	Menimo
16	Quando terminar	17	Bom DISENY
17	de ler você me	18	gostor muito
18	empresta	19	paz muito só
		20	Fim

Fonte: (DIZEU, 2017, p. 98)

Analisando os textos acima, questionamos: é possível saber se os adolescentes são oralizados? É possível deduzir, a partir da escrita, o grau de perda auditiva dos adolescentes? Lembramos que, em nossa discussão anterior, chamamos atenção para o fato de que o acesso aos fonemas, no caso de D., não tornou o texto dele uma correspondência direta com a oralidade. Seria diferente no caso de H. (figuras 11 e 12) e de R. (figuras 13, 14 e 15)?

O fato é que reconhecemos o idioma, português escrito, independentemente das particularidades do texto. Ou seja, há “[...] segmentação lexical e acentuação gráfica, há morfemas de gênero e de numeral, assim como flexão verbal adequada” (DIZEU, 2017, p. 46). Mas apesar da sensação de familiaridade, palavras como “arEvore” (linha 6, figuras 14 e 15), “veNLHo” (linha 3, figuras 14 e 15) e “olhØ” (linha 3, figuras 12 e 13), além do modo como elas aparecem nas frases, “[...] não nos remetem diretamente ao português oral, tampouco à LIBRAS” (DIZEU, 2017, p. 46). Trata-se de uma escrita descolada do gestual e do oral, ou seja, não se restringe às particularidades gramaticais da Libras ou do português oral.

Retornando à análise de Dizeu (2017), chamamos atenção para a oscilação do que ela supõe ser a palavra **Disney**, que aparece como “**DISENY**” (linha 8, 10, 14 e 17, figuras 13, 14 e 15) e “**DSENIY**” (linha 12, figuras 13 e 15). O significado real, entretanto, é irrelevante para a autora, pois o objetivo não é “[...] decifrar essa escrita, mas destacar os *deslocamentos operados pela língua no sujeito, sob o efeito da própria escrita*” (DIZEU, 2017, p. 108 – grifo nosso).

A autora inicia a justificativa para a sua suposição, explicando que a atividade de escrita a ser desenvolvida na sessão terapêutica deveria apoiar-se na leitura de “[...] o que você está lendo” (linha 2 e 3, figuras 11, 12, 13 e 14) e “[q]uando terminar de ler” (linhas 16 e 17, figuras 13 e 15), falas previamente registradas na atividade de escrita. Contudo, R. utiliza o verbo **ver** e não o verbo **ler** para preencher seu primeiro balão: “[...] bom venlho é ver livro” (linhas 3 e 4, figuras 14 e 15). Para Dizeu (2017), a escolha do verbo **ver** permite uma associação entre o verbo e o nome **Disney**, pois “[...] nos desloca para o contexto de imagens e desenhos” (p. 108), uma vez que **Disney** está associada às “[...] histórias infantis e suas ilustrações recorrentes” (p. 108). Além disso, **Diseny** e **Dseniy** são as únicas palavras grafadas com **D** maiúsculo (diferentemente do que ocorre em **dios**, **damias** e **cada**) e, o que é revelador, são um rearranjo de todas as letras de Disney.

Dizeu (2017) também chama atenção para o fato de o texto de R. possuir um registro “[...] comum na escrita de crianças ouvintes, comumente explicado como motivado pelo enfraquecimento da pronúncia de consoantes fricativas finais como o S e o Z” (p. 98). A autora se refere às oscilações da grafia de **vezes**, que foi registrado como **vezeØ** (linha 11, figuras 13 e 15) e **vezeZ** (linha 13, figuras 13 e 15). O interessante é que essa oscilação não acontece em **paZ** (linha 7, figuras 13 e 14), **palavreS** (linha 5, figuras 13 e 14), **dioS** (linha 9, figuras 13 e 14), **amigoS** (linha 9, figuras 13 e 14), **maiS** (linha 11, figuras 14 e 16) e **damiaS** (linha 15, figuras 13 e 15) e que “[...] o S morfema de plural se apresenta de forma consistente em ‘palavreS’ – ‘estão palavreS’, em ‘dioS (dois? dos?) amigoS’” (p. 98).

Essa consistência, segundo a autora, a faz considerar a possibilidade de a grafia de **vezeZ** ser um exemplo da “[...] interferência de relações internas” (DIZEU, 2017, p. 98) na escrita. No caso em questão, a interferência poderia ser causada pela relação com “**paZ**” ou com outros textos de R. ou de terceiros.

Esses deslocamentos na escrita do surdo, em especial na escrita de R., são importantes, pois, não raramente, afirma-se que a escrita do português pelo surdo se restringe à reprodução, sustentada pela memória visual, de blocos cristalizados de letras que se assemelhariam a ideogramas não analisáveis. Os dados, entretanto, “[...] mostram que, ainda que não fonetize, os tais blocos [cristalizados] podem se decompor em partes que entram em relação com outros, dando visibilidade às *cadeias que se abrem sob o efeito da escrita em ação*” (p. 107 – grifo nosso). É a escrita que permite que o sujeito se desloque na língua sob o efeito da própria escrita, como destacado no caso de Disney – o bloco cristalizado referenciado na citação.

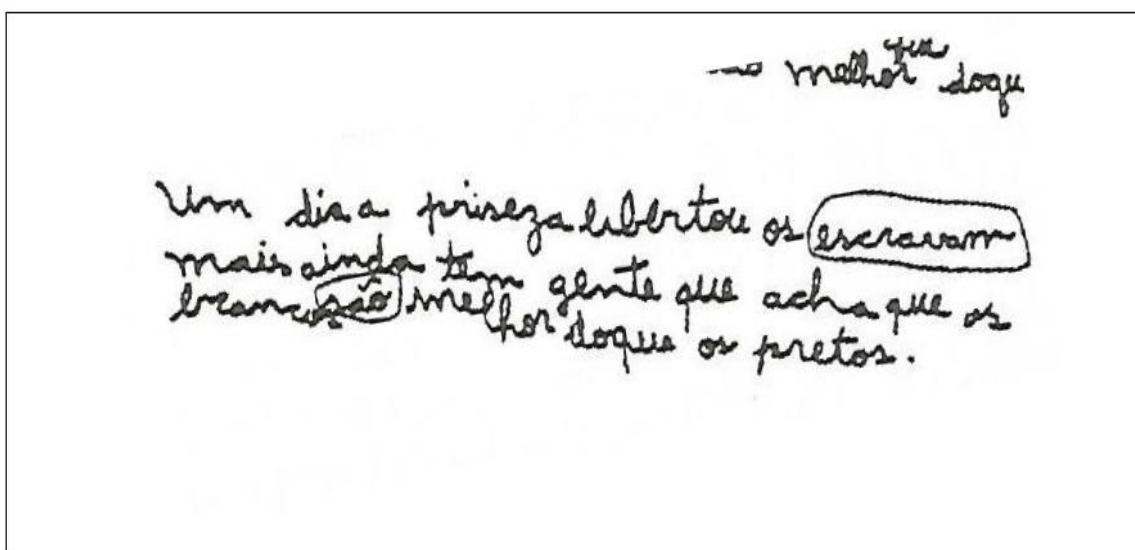
Voltamos a chamar atenção para o fato de o texto de R. ter uma marca comum à escrita de crianças ouvintes. Insistimos nisso, pois, como já foi dito, não é possível identificar o grau da perda auditiva e as línguas do autor, utilizando como referência apenas as marcas gráficas. A escrita de D. apresenta um deslocamento com a oralidade e a escrita de R. apresenta semelhanças com a escrita de crianças ouvintes, por exemplo. Nunca é demais repetir que, nos dois casos, a escrita não é uma representação direta da língua de sinais ou da língua oral, mas uma escrita sujeita ao seu próprio funcionamento e efeito.

Todos nós estamos sujeitos a esse funcionamento, por isso que não é possível identificar o grau da perda auditiva e a língua do autor a partir do texto escrito. É por isso também que o texto de R. apresenta marcas comuns à escrita de crianças ouvintes,

ainda que ela não seja oralizada. Essa conclusão é corroborada pelos dados de Abaurre (2002), conforme discussão de Dizeu (2017).

Retornamos à análise das oscilações de **vezes** e da consistência do morfema de plural **S** no texto de R., estabelecendo um paralelo com dados trabalhados por Abaurre (2002). Trata-se da escrita de escrav**AM** como plural de escravo**S**, realizada por uma criança de 8 anos, aluna do 2º ano, oriunda de escola pública. O dado analisado segue abaixo.

Figura 16 – Escrita de uma criança ouvinte - manuscrito



Fonte: (ABAURRE *apud* DIZEU, 2017, p. 48)

Figura 17 – Escrita de uma criança ouvinte – transcrição

1. Um dia a priseza libertou os <u>escravam</u>
2. mais ainda tem gente que acha que os
3. brancos são melhor do que os pretos

Fonte: (ABAURRE *apud* DIZEU, 2017, p. 48)

Segundo Dizeu (2017), Abaurre (2002) “[...] destaca que a criança está trabalhando com a questão de concordância nominal e verbal e para resolver seus ‘problemas’ na escrita, realiza acréscimos no texto” (p. 48), como foi o caso do acréscimo do sufixo –AM para marcar o plural de escravo. O resultado foi um

“cruzamento entre marcas morfológicas de plural de nomes e verbos” (p. 48) que muito dificilmente seria produzido oralmente (Cf. p. 48).

Portanto, a presença de –AM na escrita desta criança, em um contexto no qual a variedade linguística utilizada “[...] tende a apagar a marca redundante de plural do substantivo, quando esta ocorre no determinante” (DIZEU, 2017, p. 48), exige uma análise “[...] que a desvincule [a escrita] de uma posição secundária e derivada em relação à fala” (DIZEU, 2017, p. 48) e considere as outras naturezas da escrita, como a natureza morfológica nesse exemplo.

Antes de encerrarmos, voltamos aos textos de R. e de H. e às questões que fizemos logo depois de expor os dados: é possível saber se os adolescentes são oralizados? É possível deduzir, a partir de sua escrita, o grau de perda auditiva que possuem? Pela análise feita até agora, a resposta seria “não” para as duas questões. No entanto, após desenvolver a atividade de escrita, durante uma conversa com o supervisor da sessão terapêutica, as estagiárias fizeram suposições baseadas no que conheciam sobre o grau de perda auditiva dos adolescentes – R. tem 17 anos, é usuária de Libras e de AASI e tem perda auditiva sensorio-neural profunda bilateralmente; H. também tem 17 anos e utiliza Libras, AASI e leitura orofacial, mas possui perda sensorio-neural severa a profunda bilateralmente e oraliza apenas em ambiente familiar. A partir dessas informações, elas afirmaram que H. (figuras 3 e 4) teria tido um desempenho superior a R. (figuras 5, 6 e 7).

Nenhum dos dois textos configura-se como representação direta de uma modalidade linguística anterior, possuindo marcas próprias que confirmam o que falou Lapacherie (1995) a respeito da *mudança de ordem* provocada pela escrita. Acrescentamos ainda que o fato de as escritas analisadas possuírem particularidades que as tornam únicas, na medida em que não são a transcrição da pauta sonora ou visual-gestual, também confirmam a natureza complexa da escrita. O que foi reproduzido pelas estagiárias, no caso de H., nada mais é do que o senso comum e, a nosso ver, ilustram o olhar “viciado” que temos quando se trata da escrita alfabética, a qual tendemos a naturalizar e ignorar seu enigma.

4.2 A teoria do valor saussuriana: uma alternativa à noção de representação

Mencionamos, na introdução desta dissertação, que assumimos como hipótese primeira que há elementos na escrita alfabética que extrapolam o representacionismo,

As produções analisadas por Dizeu (2017), que trouxemos para a nossa discussão, confirmam nossa hipótese e são interessantes justamente por darem visibilidade aos deslocamentos operados pelo funcionamento interno da escrita que afetam surdos e ouvintes, a despeito do acesso à pauta oral.

É nesse sentido que introduzimos a discussão sobre uma escrita própria para a LS, mais especificamente o SW, empreendida por Dizeu (2017)³¹. Afirmar a autora que “[...] a escrita [é] tomada como uma mera *representação* no sistema de escrita para língua de sinais denominado *SignWriting*” (p. 14) e que os trabalhos sobre essa escrita buscam “[...] um estatuto semelhante àquele que se julga constitutivo da relação entre o português oral e a sua escrita” (p. 81), mesma conclusão a que chegamos.

Contudo, para a autora, o acesso às línguas de sinais e à língua oral não significam o acesso às suas escritas, pois a aquisição desta última “[...] não se realiza simplesmente pela correspondência direta entre os elementos substanciais que compõem as línguas” (DIZEU, 2017, p. 82). Assumir que o SW *representa* a Libras da mesma forma que a escrita alfabética *representa* a língua oral “[...] nos impede de reconhecer as muitas pistas que remetem às relações internas ao sistema de escrita e à língua, e não a seu exterior” (DIZEU, 2017, p. 82).

Essas relações internas são possíveis, pois as modalidades linguísticas não são a língua, mas o que nos permite exteriorizá-la. Utilizando termos saussurianos: a escrita e a oralidade são *substâncias*, enquanto a língua é *forma*.

Dizeu (2017) recorre a Chiss e Puech (1996) para discutir o lugar atribuído à escrita no *Curso*, de Ferdinand de Saussure. Para os autores, o lugar de secundariedade que a escrita ocupa no *Curso* está apoiado em uma tradição representacionista. O termo “representação”, aliás, pode ser encontrado “sendo utilizado tanto por etnólogos quanto por psicanalistas” (DIZEU, 2017, p. 85). Chiss e Puech referem-se a autores como Jack Goody, na área de etnologia, e como Moustafa Sofouan e Jean Allouch, na área de psicanálise.

Essa tradição, como evidenciado várias vezes ao longo deste trabalho, é herança dos gregos e dos latinos. Ou seja, é possível encontrar afirmações sobre a precedência da oralidade e a subalternidade da escrita em textos anteriores aos mencionados por Chiss e Puech. Interessa-nos destacar esse fato, na medida em que o *Curso*, em um

³¹ Esse tópico também foi foco de nossa discussão, como pode ser visto no capítulo anterior.

primeiro momento, também apresenta a escrita como representação da oralidade e mostra a longevidade e a força dessa tradição.

No entanto, como veremos mais adiante, a teoria do valor saussuriana se apresenta como alternativa à noção de representação. Antes, porém, achamos necessário refletir sobre o conceito de *língua/la langue* em Saussure para tentar esclarecer a noção de funcionamento.

Na seção anterior, afirmamos que a escrita e a oralidade não são a *língua*, mas meios utilizados para exteriorizá-la. Afirmamos isso, pois, para Saussure (2012 [1916]), “[...] o essencial da língua, [...], é estranho ao caráter fônico do signo linguístico” (p. 38) e a fala é “[...] o mecanismo psicofísico” (p. 45) mais utilizado para materializar o que é “psico”. Isto é, o conceito de língua não está atrelado ao uso dos sons, pois o essencial para ela não é o caráter fônico dos signos.

Destacamos que apesar de Saussure referir-se explicitamente à fala, nesse momento, as demais modalidades linguísticas também estão incluídas, uma vez que o som não é a língua e “[...] não passa de instrumento do pensamento” (SAUSSURE, 2012 [1916], p. 40).

Saussure (2012 [1916]) afirma também, no capítulo *O valor linguístico*, que “[a] substância fônica não é mais fixa, nem mais rígida; não é um molde a cujas formas o pensamento deve necessariamente acomodar-se” (p. 158) e que é impossível que ela “[...] pertença por si à língua” (p. 40). O som, para o mestre genebrino, não passa de “[...] uma coisa secundária, matéria que põe em jogo” (p. 165).

A primazia dessa substância, para Saussure (2012 [1916]), não passa de um fato aleatório. Mencionando William Dwight Whitney, linguista americano que defendia ser a língua uma instituição social, Saussure (2012 [1916]) afirma com o americano que o aparelho vocal é utilizado “[...] por acaso e por simples razões de comodidade” (p. 41), sendo sua função “[...] secundária no problema da linguagem” (p. 42).

Nesse sentido, Saussure reitera que existe uma “[...] faculdade linguística por excelência” que “comanda os signos” (SAUSSURE, 2012 [1916], p. 42). Portanto, o papel dos órgãos vocais é secundário, pois o objeto da Linguística é a *língua* e não os mecanismos psicofísicos. Nas palavras do próprio autor:

Para atribuir à língua o primeiro lugar no estudo da linguagem, pode-se, enfim, fazer valer o argumento de que a faculdade – natural ou não – de articular palavras não se exerce senão com a ajuda de instrumento criado e fornecido pela coletividade; não é, então, ilusório dizer que é

a língua que faz a unidade da linguagem. (SAUSSURE, 2012 [1916], p. 42).

Esse instrumento, segundo Lier-DeVitto (2018), “[...] é da ordem de um *concreto inteligível*, apreensível em seus efeitos sensíveis e, portanto, diferente das abstrações gramaticais, definíveis por propriedades” (p. 804) e é a “solução saussuriana” para os problemas apresentados pela gramática e pela filologia, que fragmentam a linguagem “[...] em estratos plurais (fonético, fonológico, morfológico, sintático, semântico e assim por diante)” (p. 807).

Além disso, a natureza desse instrumento não é de “objetos dados” (SAUSSURE, 2012 [1916], p. 39), como acontece nas outras ciências. Isto é, o objeto da Linguística “[...] não precede o ponto de vista”, pois não são dados previamente e “[...] é o ponto de vista que cria o objeto” (SAUSSURE, 2012 [1916], p. 39).

Para falar sobre a natureza do objeto da Linguística, Lier-DeVitto (2018) recorre a Rodrigues (1980) e afirma que este não é empiricamente observável, como são os “objetos dados”, e sim “[...] de natureza teórica, intelectual” (p. 804), por se tratar de “objeto posto” (p. 804).

Ainda segundo a autora, a *língua*, para Saussure, é a “‘parte determinada e essencial’ da linguagem” (LIER-DEVITTO, 2018, p. 804), sendo a linguagem a junção da língua e da fala. A fala/*la parole*, nessa discussão, não se resume à oralidade: “[...] ‘fala’ é matéria sensível que, como tal, ultrapassa a esfera do enunciado. Ela está por tudo que possa ser apreensível pela sensação (como línguas, textos/discursos)” (LIER-DEVITTO, 2018, p. 805) e, assumimos, *sinais* também. Isto é, a “fala” é toda substância utilizada para manifestar a *língua*, que não poderia ser apreendida durante uma conversa, por exemplo, se estivesse contida nos limites do pensamento.

Essa matéria sensível configura-se como uma das “[...] manifestações da linguagem humana” (SAUSSURE, 2012 [1916], p. 37), pois, segundo Lier-DeVitto (2018), pode ser classificada e contada (Cf. LIER-DEVITTO, 2018, p. 805). A autora nos alerta, contudo, que a discussão não pode ser simplificada. Afinal, como lembra Silveira (2013), mencionada por Lier-DeVitto (2018), apesar de a “[...] teorização sobre *la langue*” apontar “[...] para uma preocupação a respeito da fala” (SILVEIRA, 2013, p. 55 *apud* LIER-DEVITTO, 2018, p. 806), Saussure não teve tempo de concluir a discussão, pois morreu antes de ministrar a “Linguística da Fala”, seu último curso.

Não é possível, portanto, resumir *la parole* ao “[...] ato individual de vontade e inteligência” (SAUSSURE, 1969 [1916], p. 22 *apud* LIER-DEVITTO, 2018, p. 806) e

la langue à língua ou às línguas (Cf. LIER-DEVITTO, 2018, p. 806). O próprio conceito de língua, segundo LierDeVitto (2018), é oscilante no *Curso*, pois há duas definições que convergem entre si: “a língua é um sistema de signos que exprimem ideias” (SAUSSURE, 1969, [1916], p. 24 *apud* LIER-DEVITTO, 2018, p. 807) e “a língua é um sistema de valores puros” (SAUSSURE, 1969, [1916], p. 130 *apud* LIER-DEVITTO, 2018, p. 810).

Segundo Lier-DeVitto (2018), a primeira definição tem como consequência o encapsulamento da linguagem e a “[...] possibilidade de os signos serem considerados isoladamente” (p. 808), pois a linguagem, aqui, pode ser entendida como nomenclatura. A segunda definição, segundo a autora, “[...] introduz *uma nova racionalidade*” (p. 808), notável devido às concepções de língua, de linguagem, de significante linguístico e de valor (Cf. Lier-DeVitto, 2018, p. 801).

Enquanto a primeira definição é responsável pela “[...] leitura desvitalizante de Saussure” (LIER-DEVITTO, 2018, p. 800), a segunda é responsável pelo alcance que seu pensamento teve em outros campos para além da Linguística (Cf. Lier-DeVitto, 2018, p. 801).

O que nos interessa é justamente a segunda definição, pois é ela que rompe com a ideia de que a língua é nomenclatura e desvela o funcionamento da *língua/la langue* e o “[...] signo como estrutura” (SAUSSURE *apud* LIER-DEVITTO, 2018, p. 805), para além das línguas particulares e de suas manifestações. É neste momento, segundo DeVitto (2018), que os signos são liberados por Saussure de “[...] qualquer motivação ligada à substância conceitual ou fônica” (p. 810) e as relações de valores ganham destaque.

Mencionamos, ao longo deste trabalho, que é necessário desvincular a escrita alfabética da oralidade e reconhecê-la como um sistema autônomo. Ou seja, a escrita pode representar a oralidade, mas seu funcionamento não se detém na transcrição da pauta sonora, na medida que está submetido à ordem da *língua*. O português escrito, o português oral e a Libras são meios sensoriais aos quais precisamos recorrer no jogo simbólico da *língua/la langue*.

Em *A função pedagógica do SW*, afirmamos que a Libras, para Stumpf (2005), é entendida como a língua natural do surdo. Retornamos a este tópico, agora, pois acreditamos que a “naturalidade” da LS pode nos ajudar a entender o conceito saussuriano de *língua* que privilegiamos.

Comecemos com o seguinte questionamento: o que está sendo entendido como *natural* e como fica a situação do surdo não usuário de Libras? Afinal, o surdo não fica isolado do mundo à espera da aquisição de LS, mas está submetido à ordem da língua que regem as modalidades linguísticas em circulação na sociedade na qual ele está inserido – a língua oral e a língua escrita, especificamente. O surdo seria, então, um sujeito alheio à ordem da língua até o momento da aquisição da Libras? Segundo a reflexão saussuriana, a resposta seria não. A Libras, assim como o português oral, é uma manifestação de *la langue* e não se esgota em sua representação. A aquisição da Libras (altamente desejável!), insere o sujeito no jogo linguístico de uma língua particular, mas esta é tão somente a extensão da ordem da *língua* que, aliás, será responsável por sua constituição de sujeito de linguagem.

É a *la langue*, assumimos, que deveria ser o foco de nossas reflexões. Esta dissertação, portanto, não se propõe a dar uma solução pedagógica, mas uma discussão linguística que dê visibilidade à natureza complexa da escrita, como evidenciada pelos dados analisados. É a partir da desnaturalização da noção de representação, acreditamos, que podemos passar a investir no que Saussure chama de funcionamento simbólico e pensar em meios mais eficazes para enfrentar o problema da alfabetização de surdos e de ouvintes. Ultrapassando as questões meramente ideológicas (Cf. BIZIO, 2015) e emocionais³² que, apesar de necessárias, não resolvem de todo os problemas da educação dos surdos.

³² Como discutido no início do capítulo *Por uma escrita para Libras*, quando falamos sobre o caráter político e emocional dos argumentos em defesa de uma escrita para LS e fizemos um paralelo com o espírito unificador presente na formação dos Estados-nações no Renascimento (Cf. AUROUX, 1992 e ROBINS, 1979 [1967]).

Considerações finais

Ao discutirmos a ideia de “evolução” dos sistemas de escrita e relacionarmos o que ocorreu na história das línguas orais à história das LS, no primeiro capítulo, levantamos dois pontos: 1) resumir a escrita alfabética à representação é dar continuidade ao que recebemos como herança dos gregos e dos latinos, e dar à voz um lugar de domínio; 2) interpretar a escrita através de uma perspectiva representacionista não é novidade na história das ciências da linguagem, e tem como consequência o apagamento de uma reflexão teórica sobre a *língua*.

Reiteramos que a escrita alfabética pode passar pela oralidade e ao ficarmos diante de uma palavra não usual, por exemplo, podemos verbalizá-la pausadamente e “decodificar” os fonemas em sinais gráficos. Porém, a transcrição não será o *modus operandi* de nossa relação com a escrita. Como afirma Saussure (2012 [1916]), no capítulo *A fonologia*, do *Curso*:

Lemos de dois modos: a palavra nova ou desconhecida é soletrada letra por letra; *abarcamos, porém, a palavra usual e familiar numa vista de olhos*, independentemente das letras que a compõem; *a imagem dessa palavra adquire para nós um valor ideográfico*. (SAUSSURE, 2012 [1916], p. 68 – grifos nossos).

Acreditamos que essa leitura apreendida através de uma “vista de olhos” diz respeito ao valor ideográfico que as palavras possuem, confirmando que não existe uma escrita pura (Cf. Lapacherie, 1995) e que é possível a alfabetização ocorrer sem necessariamente passar pela oralidade. Por isso defendemos que a escrita alfabética não é *apenas* representação e que resumi-la assim é ignorar a complexidade dessa modalidade linguística.

Essa complexidade foi ilustrada, ao longo deste trabalho, pelas produções de escrita analisadas. Mostramos que não é possível identificar com precisão o grau de perda auditiva, utilizando as marcas textuais, ou ainda supor que o surdo oralizado terá um desempenho superior aos surdos sem acesso aos fonemas do português. E não é possível, pois uma vez inseridos no sistema de escrita, ele tem efeito sobre nós e nos vemos capturados por seu funcionamento. A escrita é uma *mudança de ordem*, nas palavras de Lapacherie (1995), e não se trata apenas da instauração de um alfabeto ou da representação gráfica da pauta sonora.

Salientamos que não estamos advogando contra o SW, quando nos posicionamos criticamente quanto a sua função pedagógica, mas discutindo o lugar atribuído a ele e as consequências do representacionismo nos desdobramentos da reflexão linguística sobre as LS, especificamente, e sobre as línguas orais de modo geral. Se a escrita é concebida como representação, o acesso aos fonemas torna-se necessário no processo de alfabetização e o oralismo, ainda que indiretamente, é alçado ao papel de assegurador do sucesso da alfabetização dos surdos.

Dessa forma, perde-se a oportunidade de “romper” com uma visão tradicional sobre os caminhos da alfabetização de surdos e, acreditamos, de ouvintes igualmente, conforme podemos ler em Souza *apud* Stumpf (2005, p. 42).

A alfabetização em SignWriting poderia criar uma ruptura interessante, uma vez que obrigaria a escola, ao menos por um momento, a não pensar no/em português, nem, (talvez) em um currículo em português, língua que estaria, como disciplina, na condição de segunda língua. Ou seja, ao menos por um momento, a escola teria que desnaturalizar a compreensão que tem do aluno surdo, teria que se rever também a seus objetivos e métodos.

Embora fixe seu argumento na “alfabetização em SignWriting”, a ideia de ruptura com o português é importante, na medida em que sinaliza para a necessidade de descolamento da questão em relação às línguas orais. Sem refletir sobre o enigma da escrita, como disse Bizio (2015), a ruptura da qual Souza fala não será possível, e sempre prevalecerá a ideia de que a escrita é mera representação da oralidade e de que uma escrita específica para a Libras funcionará, em última instância, como suporte para a aquisição do português escrito.

E se for possível romper com a noção de representação, ainda que parcialmente, esperamos que o novo “caminho” seja semelhante ao trilhado por Azevedo Gondim, personagem de *São Bernardo*, de Graciliano Ramos: “A literatura é a literatura [...]. A gente discute, briga, trata de negócios naturalmente, mas arranjar palavras com tinta é outra coisa. Se eu fosse escrever como falo, ninguém me lia”. Ou seja, cientes das similaridades entre a escrita alfabética e a oralidade, mas igualmente cientes das particularidades de cada modalidade linguística.

É necessário ir além do já posto na “história” da escrita e deixar para trás o fantasma dos antigos, no que diz respeito às concepções sobre esta modalidade linguística (Cf. Desbordes 1995 e 1996). Entendida como secundária, sua natureza fica escondida sob o véu da representação e da gramática, não ocasionando “[...] nenhuma reflexão explícita” (DESBORDES, 1995, 10), ou seja, não há uma *teoria* da escrita, mas a naturalização de sua ordem. A rigor, a ruptura da qual Souza fala só será possível quando a escrita tornar-se objeto de reflexões ocasionadas pela teorização acerca da *língua/la langue*. Ou seja, a escrita entendida como substância que põe em jogo o funcionamento linguístico e não como representação de uma língua anterior.

Referências

- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1992.
- ÁVILA, M. C. *INTERNETÊS: uma anamnese da história da escrita*. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Universidade Federal de Mato Grosso. Mato Grosso, 2008.
- BIZIO, L. *Considerações sobre o ensino de língua portuguesa para surdos*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2008.
- _____. *Sobre o modo de relação do surdo com a língua portuguesa escrita*. Tese (Doutorado em Linguística) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2015.
- BOTELHO, P. *Linguagem e letramento na educação dos surdos: ideologias e práticas pedagógicas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- BRASIL. Decreto Nº 5626, de 22 de dezembro de 2005. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm> Acesso em 02 de setembro de 2019.
- _____. Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm> Acesso em 02 de setembro de 2019.
- _____. *Relatório sobre a Política Linguística de Educação Bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa*. Brasília: MEC/SECADI, 2014.
- CALVET, L-J. *As políticas linguísticas*. São Paulo: Parábola, 2007.
- CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D.; MAURICIO, A. C. (Org.). *Novo Deit-Libras: Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira - Libras, Volume 1: Sinais de A a H*, 3. ed. revista e ampliada. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Inep: CNPq: Capes: Obeduc, 2013.
- _____. e outros. *Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue*. São Paulo: Edusp, 2009.
- _____.; RAPHAEL, W. D. *Enciclopédia da língua de sinais brasileira: o mundo do surdo em Libras*. São Paulo: CNPq: [Fundação] Vitae: Fapesp: Capes: Inep: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

COLOMBAT, B.; FOURNIER, J-M.; PUECH, C. *Uma história das ideias linguísticas*. São Paulo: Editora contexto, 2017.

CHISS, J-L;PUECH,C. O cours de linguistique générale e a representação da língua pela escrita. In: CATACH, N. (Org.) *Pra uma teoria da língua escrita*. São Paulo: Ática,1996.p. 43-52.

COELHO, M. F. *Ferdinand de Saussure: entre as línguas e a língua*. Tese (Doutorado em Linguística). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2019.

COSTA, C. R. Apresentação. In: SUTTON, V. *Lições sobre o SignWriting: um sistema de escrita para língua de sinais*. Tradução e adaptação: STUMPF, M. R. 2000. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Tradução e Adaptação).

CRUZ, M. A. Por que (não) ler o Curso de linguística geral depois de um século? In: FARACO, Carlos Alberto (Org.). *O efeito Saussure: cem anos do Curso de linguística geral*. São Paulo: Parábola, 2016.

DALLAN, M. S. S. e MASCIA, M. A. A. A escrita em sinais: uma escrita própria para a LIBRAS. In: LINS, H. A. de M. (org.). *Experiências docentes ligadas à educação de surdos: Aspectos de formação*. Campinas, SP: Edições Leitura Crítica, 2012.

_____; STUMPF, M. R.; MASCIA, M. A. A. Cenas de letramento em sinais: algumas experiências do uso da escrita SignWriting na Educação Bilíngue para alunos surdos. In: Ivani Rodrigues, Marília P. Marinho Silva. (Org.). *Letramento na diversidade: surdos aprendendo a ler/escrever*. Campinas: Mercado de letras, 2018.

DERRIDA, J. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

DESBORDES, F. *Concepções sobre a escrita na Roma Antiga*. São Paulo: Ática, 1995.

_____. A pretensa confusão entre o escrito e o oral nas teorias da Antiguidade. In: CATACH, N. *Para uma teoria da língua escrita*. São Paulo: Ática, 1996.

DIZEU, L. C. T. B. *A relação oralidade/escrita na produção de textos de sujeitos surdos na clínica fonoaudiológica*. Tese (Doutorado em linguística). Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2017.

ENDRUWEIT, M. L. *A escrita em Saussure*, ReVEL. Edição Especial n.2, 2008.

_____. *A teoria do valor e a escrita*. Letras & Letras, Uberlândia. 2009

FARACO, C. A. *Linguística Histórica*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

FARIA, N. R. B. *Forma e substância na linguagem: reflexões sobre o bilinguismo do surdo*. Revista Leitura. No. 47. p. 233-254. Maceió, 2011.

_____; NORONHA, A. C. R. Concepções de escrita nos estudos sobre a aquisição do português escrito pelo surdo. In: SOUZA, D. S.; FARIA, N. R. B; VERÇOSA, V. M. *Caleidoscópio através das letras*. Maceió: Edufal, 2013.

_____; PAULA, A. S. *Refletindo sobre falar e escrever em EJA*. 1. ed. Campinas: Cefiel-Unicamp/MEC, 2009. v. 1. 48p.

GOODY, J. *A domesticação do pensamento selvagem*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

HIGOUNET, C. *História concisa da escrita*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003 [1955].

JESUS, E. C.; FARIA, N. R. B. *A gramatização de uma língua: o caso de Libras*. Revista Leitura. v. 1, p. 92-106. Maceió, 2017.

LAPACHERIE, J-G. A esperluète generalizada: sobre o ideograma na escrita do Francês. In: BOTTÉRO, J. MORRISON, K. et al. *Cultura, pensamento e escrita*. São Paulo: Ática, 1995.

LEROY, M. *As grandes correntes da linguística moderna*. São Paulo: Cultrix, 1971.

LIER-DEVITTO, M. F.. *Consequências de duas definições de la langue no Curso de Linguística Geral de Ferninand de Saussure*. DELTA. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, v. 34, p. 799-813, 2018.

LYONS, J. *Língua(gem) e Linguística*. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

MARTINET, A. *A linguística sincrônica*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1974.

MORAIS, C. D. *Escritas de sinais: supressão de componentes quirêmicos da escrita da libras em SignWriting*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2016.

NORMAND, C. *Saussure*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

NORONHA, A. C. R.; FARIA, N. R. B. *O surdo e a substância gráfica do português escrito: escrita alfabética ou ideográfica*. 2012. (Relatório de pesquisa Pibic).

PAVEAU, M.-A.; SARFATI, G.-E.. *As Grandes Teorias da Linguística*. São Carloz: Claraluz, 2006.

QUADROS, R. M. *Situando as diferenças implicadas na educação de surdos: inclusão/exclusão*. Revista Ponto de Vista. v. 5, p. 81-112. Florianópolis, 2003.

_____. *Um capítulo da história do SignWriting*. (s/d). Disponível em: <<<http://www.signwriting.org/archive/docs1/sw0065-BR-Historia-SW.pdf>>>.

ROBINS, R. H. *Pequena História da Linguística*. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1979 [1967].

ROCHA, E. *O que é etnocentrismo?*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

SANTANA, A. P. *Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas*. São Paulo: Plexus, 2007.

SAUSSURE, F. de. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Editora Cultrix, 2012 [1916]).

SILVA, F. I. *Analisando o processo de leitura de uma possível escrita da língua brasileira de sinais: SignWriting*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

SILVA, M. *Da escrita ideográfica aos emoticons: um estudo da historiografia linguística*. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2011.

STUMPF, M. R. *Aprendizagem de Escrita de Língua de Sinais pelo sistema SignWriting: línguas de sinais no papel e no computador*. Tese (Doutorado em Informática na Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.

_____. *Sistema SignWriting: por uma escrita funcional para o surdo*. In: 6º Encontro Nacional sobre Aquisição da Linguagem, 2003, Porto Alegre. Cadernos de Pesquisas em Linguística. Porto Alegre: Evangraf, 2003. v. 1. p. 55-58.

_____; WANDERLEY, D. C. *Quem fala português, escreve em português. Quem fala inglês, escreve em inglês. Os surdos: em que língua escrevem?*. Letras Raras, v. 5, p. 93-107, 2016.

_____; OLIVEIRA, J. S.; MIRANDA, R. D. Glossário Letras Libras. In: QUADROS, R. M. (org.) *Letras Libras ontem, hoje e amanhã*. Florianópolis: Editora UFSC, 2015.

SUTTON, V. *Lições sobre o SignWriting: um sistema de escrita para língua de sinais*. Tradução e adaptação: STUMPF, M. R. 2000. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Tradução e Adaptação).

SVARTHOLM, K. Bilinguismo dos surdos. In: SKILIAR, C. (org.) SKILIAR, C. (Org) *Atualidade da educação bilíngue para surdos*. Porto Alegre: Mediação, 2016.

TARALLO, F. *Tempos linguísticos: itinerário histórico da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1990.

TRUBETZKOI, N. S. Nota para uma ciência pura da escrita. In: TOLEDO, D. *Círculo Linguístico de Praga: estruturalismo e semiologia*. Porto Alegre: Globo, 1978.

TURRA, B. M. *Ferdinand de Saussure e seu saber fazer com a escrita ou do que se circunscreve de um enigma*. Tese (Doutorado em Linguística). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2018.

VIANA, R. P. S.; FARIA, N. R. B. *Sobre o ideograma na escrita alfabética*. 2014. (Relatório de pesquisa Pibic).

_____.; FARIA, N. R. B. *Signwriting: um sistema de escrita para as línguas de sinais*. 2015. (Relatório de pesquisa Pibic).

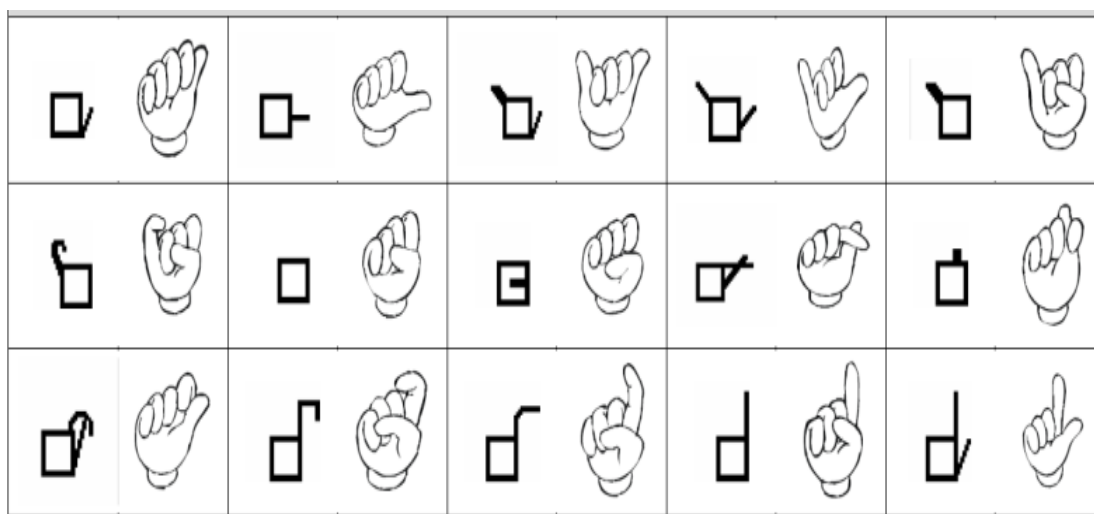
_____.; FARIA, N. R. B. *A escrita no CLG e nos ELG: a herança neogramática e a “novidade” saussuriana*. 2016. (Relatório de pesquisa Pibic).

_____. *A noção de representação na adoção de uma escrita “alfabética” para as línguas de sinais*. (Trabalho de Conclusão de Curso). Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2017.

ZANCARANARO Jr., L. A.; STUMPF, M. R. *O ensino de libras em sinalizadores ouvintes: uma análise dos parâmetros fonológicos*. *Leia Escola (UFCG)*, v. 15, p. 92-106, 2015.

ANEXOS

- Informações sobre o SW utilizadas no segundo capítulo:



Palma para frente	Palma para o lado esquerdo	Palma para dentro	Palma para baixo	Palma para cima	Palma para o lado direito

*	⊙	@	#	+
*	⊙	@	#	+

●	○	^	⋈	⋈
●●●	○●○	^^	⋈⋈	⋈⋈⋈

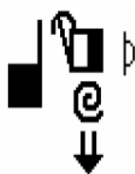
⊖	⊖	⊖	⊖	⊖	⊖
⊖	⊖	⊖	⊖	⊖	⊖
⊖	⊖	⊖	⊖	⊖	⊖
⊖	⊖	⊖	⊖	⊖	⊖
⊖	⊖	⊖	⊖	⊖	⊖
⊖	⊖	⊖	⊖	⊖	⊖
⊖	⊖	⊖	⊖	⊖	⊖



"Vinho"

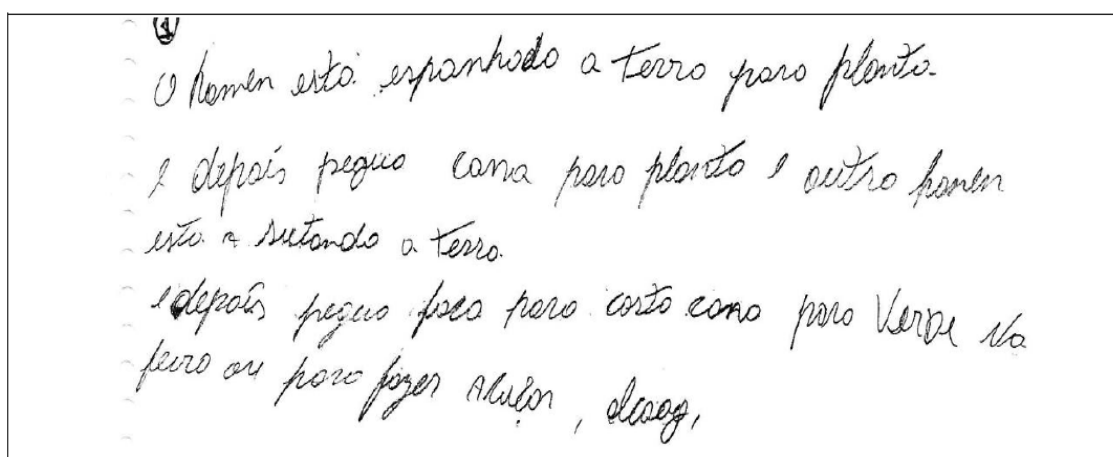


"Banco"



"Mês"

- Atividades de escrita analisadas no terceiro capítulo



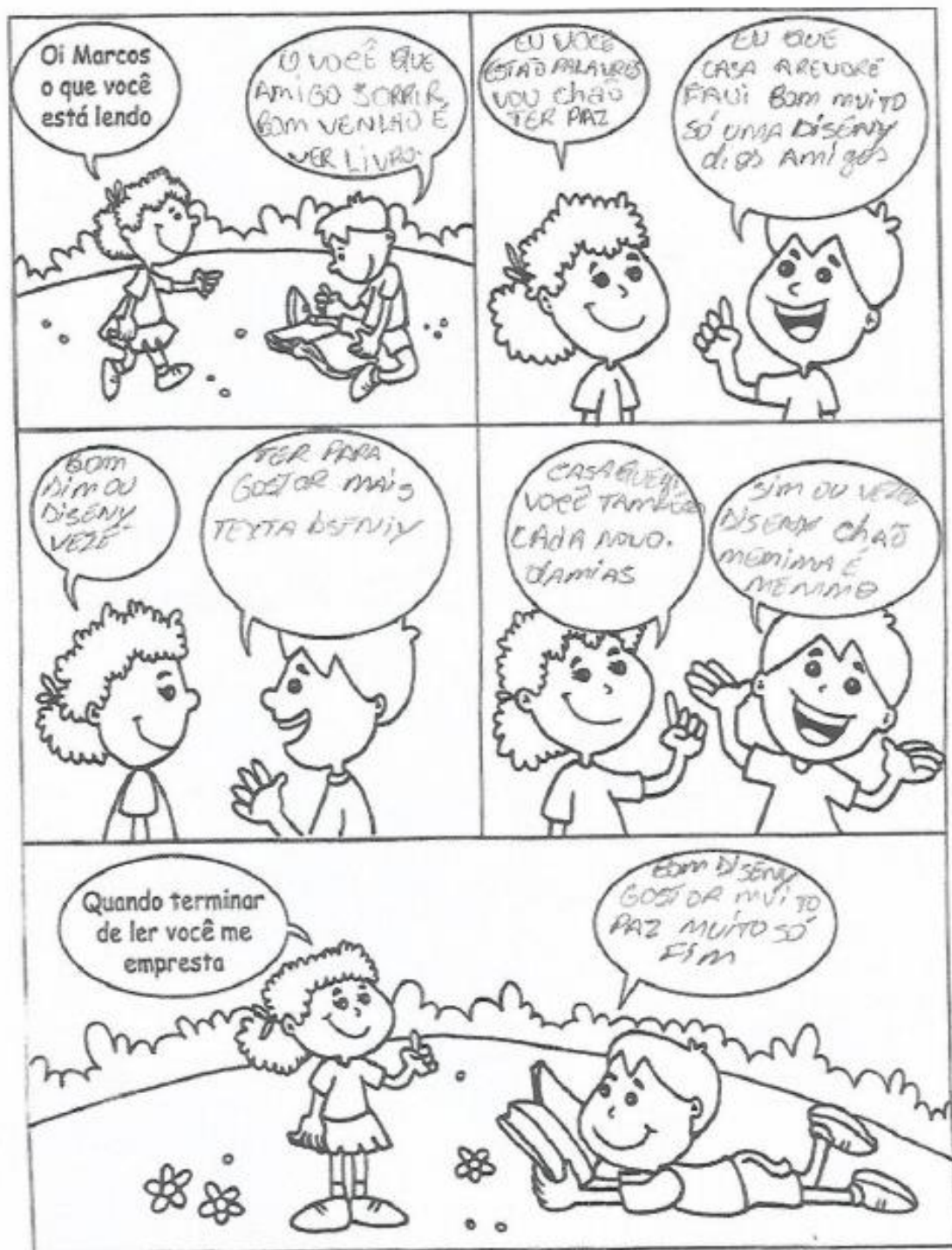
Transcrição

- 1.O homen está espanhado a terra para planta
- 2.e depois pegua cana para planta e outro honen
- 3.esta a sutando a terra
- 4.e depois pegua faca para corta cana para Verde Na
- 5.feira ou para fazer açúcar, alcoog,



Transcrição

LINHA	MENINA	LINHA	MENINO
1	oi marcos	1	Oi bom
2	o que você	2	Vc amigo
3	está lendo	3	Eu olh bom
4	tá você	4	Ta vc
5	Por que	5	Sua casa
		6	É por que?



Transcrição

LINHA	MENINA	LINHA	MENINO
1	oi marcos	1	o você que
2	o que você	2	amigo sorrir
3	está lendo	3	Bom venlho é
		4	ver livro
4	eu você	5	eu que
5	estão palavres	6	Casa arevore
6	vou chão	7	favi bom muito
7	ter paz	8	só uma DISENY
		9	dios amigos

8	Bom	10	ter para
9	sim ou	11	Gostor mais
10	DISENY	12	Texta DSENIY
11	<u>Veze</u>		
12	casa quem	13	sim ou vezez
13	você também	14	DISENY chão
14	cada novo.	15	menima é
15	damias	16	Menimo
16	Quando terminar	17	Bom DISENY
17	de ler você me	18	gostor muito
18	empresta	19	paz muito só
		20	Fim

no melhor ^{que} do que

Um dia a priseza libertou os escravam
mais ainda tem gente que acha que os
brancos são melhor do que os pretos.

Transcrição

- | |
|---|
| 1. Um dia a priseza libertou os <u>escravam</u> |
| 2. mais ainda tem gente que acha que os |
| 3. brancos são melhor do que os pretos |